

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ÉTICA E POLÍTICA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

HABERMAS: CRÍTICA E RECONSTRUÇÃO DA ESFERA PÚBLICA

RENAN BIRD RICIERI

CURITIBA

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ÉTICA E POLÍTICA

RENAN BIRD RICIERI

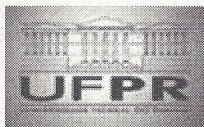
HABERMAS: CRÍTICA E RECONSTRUÇÃO DA ESFERA PÚBLICA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Filosofia, no curso de Pós-Graduação em Filosofia, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Vinicius Berlendis de Figueiredo

CURITIBA

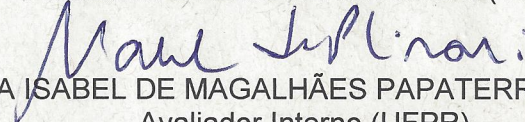
2017




ATA Nº ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM FILOSOFIA No dia dezoito de Agosto de dois mil e dezessete às 14:30 horas, na sala 603, no Programa de Pós-graduação em Filosofia-UFPR , foram instalados os trabalhos de arguição do mestrando RENAN BIRD RICIERI para a Defesa Pública de sua Dissertação intitulada: **HABERMAS: Crítica e Reconstrução d Esfera Pública**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: VINICIUS BERLENDIS DE FIGUEIREDO (UFPR), MARIA ISABEL DE MAGALHÃES PAPATERRA LIMONGI (UFPR), LUIZ SÉRGIO REPA (USP). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra ao discente, para que o mesmo expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. O aluno respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, reuniu-se e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela APROVAÇÃO do aluno. O mestrando foi convidado a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, Vinicius Berlendis de Figueiredo, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Curitiba, 18 de Agosto de 2017.


VINICIUS BERLENDIS DE FIGUEIREDO
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


MARIA ISABEL DE MAGALHÃES PAPATERRA LIMONGI
Avaliador Interno (UFPR)


LUIZ SÉRGIO REPA
Avaliador Externo (USP) – Transmissão via Video Conferência



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA - PGFILOS

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de RENAN BIRD RICIERI, intitulada: HABERMAS - Crítica e Reconstrução de Esfera Pública, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa. A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 18 de Agosto de 2017.


VINICIUS BERLENDIS DE FIGUEIREDO
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


MARIA ISABEL DE MAGALHÃES PAPATERRA LIMONGI
Avaliador Interno (UFPR)


LUIZ SÉRGIO REPA
Avaliador Externo (USP)

Dedico meu trabalho a todos que de um modo ou de outro se esforçam para tentar entender a nossa realidade.

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os que me deram amparo no decorrer deste trabalho. Agradeço aos meus amigos que dividiram comigo as angústias e felicidades inerentes ao trabalho acadêmico, especialmente Eloyluz de Sousa Moreira, Aline da Silva Dias e Luana Oliveira Medeiros pela cumplicidade, atenção, conversas e companhia nos momentos de desalento.

Agradeço aos meus pais que me deram todo apoio, carinho e compreensão, mesmo quando parecia que eu não conseguiria realizar meu trabalho e nada fazia sentido, eu incluído.

Agradeço ao meu orientador Vinicius Berlendis de Figueiredo que aceitou embarcar nessa aventura comigo, pelas dicas valiosas, liberdade de trabalho e confiança.

Agradeço a todos professores do curso de Filosofia da UFPR pela minha formação e ensino. Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Paraná e à Capes pela atenção, oportunidade e apoio financeiro.

RESUMO

O trabalho que desenvolvi nesta dissertação é o de compreender como a categoria de esfera pública desenvolvida por Habermas em seu primeiro livro publicado – *A mudança estrutural da esfera pública* -, e que o segue em toda sua produção intelectual, pode nos ajudar a entender o presente momento de uma aparente crise do potencial democrático em nossa sociedade. A compreensão adequada da realidade só é possível se detemos conceitos adequados que explicam o seu proceder. Também é objeto de estudo as mudanças conceituais que Habermas teve de operar em seu trabalho para conseguir perceber e conceituar quais áreas estavam bloqueadas para o pensamento crítico, os motivos desse bloqueio e em quais era possível entrever potenciais de emancipação. Habermas não trabalhou sozinho e algumas críticas que lhe foram feitas foram de grande importância para o desenvolvimento de seu trabalho, também contempladas aqui. O objetivo deste trabalho é construir um arcabouço teórico que possibilite a integração na discussão a respeito do estado das democracias ocidentais contemporâneas e seus problemas

Palavras-chave: Habermas, esfera pública, crise de legitimação, democracia, agir comunicativo.

ABSTRACT

The work I developed in this dissertation is to understand how the category of the public sphere developed by Habermas in his first published work – *The Structural transformation of the Public Sphere* -, a category which follows him through all his intellectual work, can help us to comprehend the actual moment of an apparent democratic crisis in our society. The proper comprehension of the reality is only possible if we have the fitting concepts that explains its behavior. It is also our object the conceptual changes which Habermas did in his work to be able to realize and conceptualize in which areas the critical thought was blocked, the reasons for it and in which it was possible to glimpse a possibility of emancipation. Habermas did not worked alone, some of the critics he received were key to the development of his work, and it is also contemplated on this present work. The objective of this work is to build a conceptual framework that gives us the possibility of working our way into the actual discussion on the contemporary occidental democracies and its problems

Key words: Habermas, public sphere, legitimation crisis, democracy, communicative action.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I: Contextualização Histórica.....	8
1. 1 Raízes Teóricas.....	8
1. 2 Modelos de Teoria Crítica.....	15
CAPÍTULO II: A Esfera Pública	17
2. 1 A Esfera Pública como chave de leitura	17
2. 2 A Imprensa: guardião e algoz da esfera pública.....	26
CAPÍTULO III: Recepção Crítica	32
3. 1 Recepção e crítica da esfera pública habermasiana	32
CAPÍTULO IV: Legitimação e Ideologia e suas funções sociais.....	44
4. 1 Técnica e Ciência como ideologia: legitimação como fio condutor.....	44
4. 2 Legitimação e Capitalismo.....	55
4. 3. Mudança da função de integração através do mercado	57
4. 4 Capitalismo avançado: uma resposta às crises?	59
4. 5 Crises dentro do capitalismo avançado.....	61
CAPÍTULO V: A Virada Linguística e a saída para um novo paradigma.	69
5. 1 A Virada Linguística e a Teoria do Agir Comunicativo	69
CONCLUSÃO	79
BIBLIOGRAFIA.....	81

Introdução

O presente trabalho busca retratar uma trajetória desenvolvida no interior do pensamento de Habermas a respeito de como se dá a formação de uma vontade coletiva e sua comunicação para as instituições sociais em sociedades em que o capitalismo de estado floresceu. O fio condutor para o percurso é o conceito de esfera pública política que Habermas identifica como sendo o *médium* pelo qual a comunicação entre as pessoas privadas e as instituições se deu e se encontra moribundo nas sociedades contemporâneas. Essa categoria essencial para uma democracia substantiva passou a ser nas sociedades capitalistas de massa contemporâneas muito mais uma nova instância de dominação do que aquela que permitia uma formação democrática de vontade e gerava legitimação para o sistema administrativo estatal e suas políticas. Habermas analisa primeiramente o processo de formação histórica dessa categoria da esfera pública por volta do século XVII europeu. Frente ao processo de recrudescimento democrático encontrado nas sociedades contemporâneas, Habermas buscou identificar em qual momento e quais os motivos que levaram a democracias cada vez mais formais e carentes de substância, isto é, uma reprodução de valores democráticos que deveria existir no interior das instituições democráticas e que lhes dariam sentido. No decorrer das análises que se seguirão, fica claro que para entender os motivos que levaram a essa esfera pública, Habermas mergulha cada vez mais no que motiva as ações entre os homens e busca aí as possíveis saídas desse diagnóstico cinzento a respeito de nossas sociedades democráticas. Veremos que Habermas luta em duas frentes: ao mesmo tempo que tenta diagnosticar os potenciais emancipatórios contemporâneos, busca salvaguardar a racionalidade humana de um prognóstico de dominação totalitária causada por ela mesma.

CAPÍTULO I: Contextualização Teórica

1.1 Raízes teóricas

Neste presente capítulo farei uma introdução a respeito da Teoria Crítica, qual sua constituição, diretrizes e diferença entre seus expoentes: a primeira geração de teóricos, Adorno e Horkheimer, e a concepção de Habermas, comumente descrito como pertencente à segunda geração. Não só julgo importante ter uma boa ideia sobre a constituição primeira da Teoria Crítica, como isso será conveniente para entender, no decorrer do texto que se segue, aproximações e distanciamentos das posições habermasianas com relação aos seus antecessores, e suas consequências, tanto para o projeto de Habermas quanto para o projeto da Teoria Crítica.

No dia 3 de fevereiro de 1923 foi oficialmente criado o *Institut für Sozialforschung* vinculado à Universidade de Frankfurt, porém mantendo sua autonomia política e financeira perante a universidade. O Instituto tinha como razão de sua criação a reflexão sobre os movimentos operários na Europa profundamente influenciados pela filosofia de Marx. Somente anos mais tarde, já na década de 1930, sob a direção de Horkheimer é que o Instituto se voltaria para a análise e crítica do capitalismo moderno e seus desdobramentos sociais, ampliando seu escopo de pesquisa. Por ser vinculado à Universidade de Frankfurt, o Instituto ficou conhecido como Escola de Frankfurt.

Como dito anteriormente, a Teoria Crítica toma por base a filosofia de Marx. O próprio termo *crítico* é uma referência ao título da obra *O Capital*, cujo subtítulo é: *crítica da economia política*. Uma das principais características da Teoria Crítica foi o trabalho com a interdisciplinaridade. Essa característica reflete o espírito de sua época marcado pela grande onda de especializações. Horkheimer pretendeu dar um sentido unitário para as produções das diferentes especialidades tendo por base a filosofia marxista. Desta forma criou-se uma base comum para que os diferentes teóricos, em suas especialidades, pudessem trabalhar juntos de alguma forma. Um sentido positivo para a produção especialista que muitas vezes parece faltar em nossos tempos. Além desse favorecimento à interdisciplinaridade, Horkheimer criou a *Zeitschrift für Sozialforschung* em 1932, em que essas publicações decorrentes dos trabalhos de pesquisa poderiam ser divulgadas.

Quanto à alcunha de Escola de Frankfurt, ela não é incorreta, mas também não é precisa para designar o todo da Teoria Crítica. O fato é que apesar de tomarem os escritos de Marx por base, isso não implica uma concordância na leitura desses escritos pelos teóricos. É possível interpretar a obra de Marx de diversas maneiras e, conseqüentemente, perceber o tempo presente de modo diferente, dependendo da leitura utilizada. Dessa forma não podemos dizer que havia uma doutrina unitária compartilhada pelos membros. O termo *escola* evoca essa acepção de uma doutrina compartilhada. O Instituto de fato existiu e esteve vinculado à Universidade de Frankfurt, mas isso se deu em uma época definida. É sabido que durante os anos de 1930 ocorreu a ascensão do nazismo na Alemanha e o Instituto, abertamente marxista e composto por muitos judeus, não saiu ileso. Durante esse turbulento período até o fim da Segunda Guerra Mundial, o Instituto imigrou diversas vezes para escapar à perseguição e continuar seu trabalho. O rótulo Escola de Frankfurt foi assumido principalmente no pós-guerra, quando muitos dos antigos membros do Instituto retornaram à Alemanha. Com o retorno de Adorno e Horkheimer de seu exílio nos Estados Unidos foi feito uso do nome Escola de Frankfurt para fortalecer a identidade teórica do Instituto e ampliar sua presença no debate alemão entre a década de 1950 e 1960, constituindo uma posição política frente aos temas da época, como a experiência nazista, o fortalecimento do estado de bem estar social, o bloco soviético, entre outros. Desta forma é interessante notar que o termo Escola de Frankfurt é um termo retrospectivo, visto que foi utilizado após o retorno do antigo diretor do Instituto, Horkheimer, e que também se tornou reitor da Universidade de Frankfurt. Feito esse pequeno esclarecimento a respeito da nomenclatura Escola de Frankfurt, sigo com a nomeação inicial de Teoria Crítica que é mais abrangente, uma vez que Escola de Frankfurt faz referência a um período determinado, e que é usado hoje para designar aqueles que de alguma forma continuam com o trabalho iniciado na década de 1920.

Pertence à Teoria Crítica todo aquele que desenvolve sua teoria tendo por base a obra de Marx. Esta definição, segundo Marcos Nobre¹, é o sentido amplo de Teoria Crítica. Horkheimer nos fornece o sentido estrito de Teoria Crítica ao estabelecer a utilização do trabalho de Marx para interpretar o tempo presente. Dessa forma, toda vez que essa interpretação do tempo presente através dos escritos de Marx se realizar por algum teórico, este será um Teórico Crítico em sentido estrito. Portanto, podemos

¹ Cf. NOBRE, M. A Teoria Crítica. Coleção primeiros passos. Zahar. 2004

resumir a constituição da Teoria Crítica, no molde fornecido por Horkheimer, como baseada nas obras de Marx, moldada pela interpretação desses escritos e que realiza um diagnóstico do tempo presente baseado nessas categorias.

Mas o que é exatamente realizar um diagnóstico baseado nas categorias marxistas? É, por exemplo, analisar a forma de organização social ao redor do mercado, que é característica do capitalismo. Sendo uma organização social, o desenvolvimento capitalista impacta toda a sociedade, não se limitando apenas a regular a troca de mercadorias. Em verdade, o capitalismo possui a potência de, sob a forma de mercadoria, tudo enquadrar. Mercadoria é aquilo que possui um preço e pode ser comercializável. Assim, a forma de organização social entorno do mercado reflete nas demais relações sociais, até o ponto de transformar homens em mercadoria. Portanto, é buscar entender as formações sociais nos mais diversos níveis usando conceitos marxistas e os atualizando quando necessário.

O trabalhador detentor de suas ferramentas e provedor de seu sustento é transformado em proletário no processo de implementação capitalista, possuindo apenas como bem de troca a sua força de trabalho e capacidades mentais que serão trocadas por um salário. O salário é medido pelo tanto de riqueza excedente que esse trabalhador consegue produzir para o dono dos meios de produção em um determinado tempo². Entender como essas práticas se constituem e, principalmente, como toda a sociedade é afetada por ela está no centro das análises marxistas e, por consequência, dos teóricos críticos.

² Sobre o conceito de salário marxista cito: " A observação mais importante de Marx sobre a forma salário diz respeito à sua natureza enganosa. Como o salário de um dia só é pago depois de realizado o trabalho de todo um dia, parece que o salário corresponde ao pagamento dessa jornada de trabalho. Era assim que os economistas políticos clássicos concebiam o salário, e tal concepção não lhes permitia explicar como o capitalista conseguia obter um LUCRO do trabalho dos operários, a menos que os sub-remunerasse. Para eles, portanto, o lucro vinha da troca desigual no mercado de trabalho (ver MAIS-VALIA). Para Marx, porém, essa não era uma análise adequada do problema. O lucro era a forma de excedente característica do modo de produção capitalista e, como o excedente em qualquer outro modo de produção, era resultado da produção. A troca desigual não poderia produzir mas apenas possivelmente redistribuir o excedente. A maneira específica pela qual o excedente era extraído no modo de produção capitalista tinha de ser explicada com base na produção fundada no trabalho assalariado, forma específica assumida pelo trabalho no modo de produção capitalista, e não com base em uma troca desigual do trabalho pelo salário. A própria forma salário tinha de ser analisada, e era preciso mostrar que se tratava de uma forma ilusória, sob a qual se escondia o mecanismo da EXPLORAÇÃO, mecanismo esse que não podia, portanto, depender de variações quantitativas do montante de dinheiro que constituía o salário." Dicionário do pensamento marxista. Editado por Tom Bottomore. Ed. Zahar. 1988. Página 519

Categorias como dinheiro, tempo, trabalho, meios de produção, mercadoria, compra e tantos outros são ressignificados dentro do capitalismo. Além disso, é inegável o enorme desenvolvimento da tecnologia de produção dentro do capitalismo. Essa é uma das características, ao lado da promessa de liberdade e igualdade das relações sociais, que dão a sensação de que o capitalismo é o modelo de organização social que proporcionará uma vida melhor aos seres humanos. O que muitas vezes é verdade e será melhor analisado posteriormente. Marx caracteriza o capitalismo como um sistema criador de ilusões reais. Logo, outro aspecto fundamental do trabalho de Marx é a orientação para a emancipação dessas ilusões e construção de uma sociedade efetivamente justa e livre que está para além do sistema capitalista. Emancipação que guarda alguma relação com o movimento Iluminista do século XVIII, mas que não é exatamente o mesmo. A *emancipação* após Marx tem uma conotação social, de criação de uma sociedade liberta de suas ilusões organizacionais e que possibilite aos seus membros potenciais reais de viver uma vida livre, enquanto que o conceito de *emancipação* Iluminista do século XVIII era muito mais voltado para a figura do indivíduo, isto é, ainda que houvesse aí a pretensão de uma sociedade esclarecida, não era central, como em Marx, pensar a própria objetividade social a partir de seus empecilhos à emancipação. Em Marx, a crítica social é imprescindível à emancipação³. De fato o sistema capitalista nos proporciona uma série de benefícios, mas ao mesmo tempo nos retira a mesma liberdade que promete: há mais possibilidade de liberdade, mas só enquanto se oprime o proletário dentro das relações de trabalho; ou ainda: há a oferta de mercadorias, mas elas não podem ser adquiridas por todos. Não quero aqui me alongar nas análises de Marx sobre o capitalismo, mas definir seu campo de atuação que será compartilhado pela Teoria Crítica.

É importante ter em mente que Habermas, como membro do Instituto de pesquisa social (*Institut für Sozialforschung*), e filiado à corrente teórica conhecida como *Teoria Crítica*, possui como suas algumas questões que permeiam as pesquisas de todos aqueles pensadores filiados a essa corrente filosófica. Essas questões dizem respeito à análise das condições sociais de cada época – sendo assim, esse diagnóstico tem de ser refeito a todo momento – e às possibilidades para que uma

³ Como diz Marx, na introdução à Crítica da filosofia do direito de Hegel (2010), uma emancipação universal da sociedade deve ser “uma libertação de suas próprias barreiras reais”. MARX. K. Crítica à filosofia do direito de Hegel. Boi Tempo. 2010. Página 153

sociedade possa se emancipar, ou esclarecer em um sentido próximo ao do *Esclarecimento* [*Aufklärung*], como dito acima. Isso significa: pensamento livre de dominações, pessoas críticas e conscientes sobre o mundo ao seu redor e os processos sociais nele inscritos.⁴ Tomando como exemplo o livro de 1963, *Mudança estrutural da esfera pública*, o primeiro livro publicado por Habermas, Denilson Luís Werle diz na apresentação da edição brasileira publicada em 2014:

O propósito não é meramente descritivo, mas sim descobrir os ideais normativos emancipatórios ao mesmo tempo transcendentais e imanentes à própria realidade da esfera pública burguesa, bem como explicar sua decadência sob as condições das democracias de massa do capitalismo tardio e do Estado de bem-estar social.⁵

Isso significa que o trabalho do teórico crítico nunca é apenas de descrição histórica de algum objeto, mas de quais implicações sociais esse objeto nasceu e quais consequências causou/causa para o tempo histórico analisado. No caso do trabalho a ser desenvolvido neste presente texto, é a categoria da esfera pública que será o objeto principal de análise nesse trabalho.

A Teoria Crítica se diferencia de outras vertentes teóricas por se posicionar não como uma corrente concorrente, mas como crítica do que está apresentado como teoria. No texto *Teoria tradicional e Teoria Crítica* de Horkheimer de 1937, o autor se esforça para delinear a diferença entre o que ele chama de Teoria Tradicional e aquilo que ele se propõe a fazer chamado de *Teoria Crítica*. A começar pela questão: o que é teoria? Horkheimer expõe o surgimento desse modo de fazer ciência ao modo tradicional utilizando Descartes como o precursor de um método para se alcançar a verdade de modo sistemático. Portanto as premissas do modelo tradicional são:

O primeiro consistia em nunca aceitar, por verdadeira, coisa nenhuma que não conhecesse como evidente; isto é, devia evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção; e nada incluir em meus juízos que não se apresentasse tão claramente e tão distintamente ao meu espírito que não tivesse nenhuma ocasião de o pôr em dúvida.

O segundo – dividir cada uma das dificuldades que examinasse em tantas parcelas quantas pudessem ser e fossem exigidas para melhor compreendê-las.

O terceiro – conduzir por ordem os meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e fáceis de serem conhecidos, para subir, pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e

⁴ Cf. NOBRE, M. A Teoria Crítica. Coleção primeiros passos. Zahar. 2004

⁵ HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública. Editora Unesp, tradução de Denilson Luís Werle. 2014. P. 18

supondo mesmo certa ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros.
e o último – fazer sempre enumerações tão completas e revisões tão gerais, que ficasse certo de nada omitir⁶

Portanto, a ideia de teoria tradicional busca como ideal as ciências exatas para encetar o caminho reto da razão. Livrar-se de contradições, visar a um sistema que possa ser traduzido em linguagem objetiva, dedução de princípios cada vez mais gerais por onde as explicações pudessem ser derivadas. Horkheimer chama esse método de teoria feita "de cima para baixo". Ou seja, coletam-se dados, buscam-se conexões, derivam-se hipóteses gerais e depois a realidade é posta sob a forma dessa teoria. Nas palavras de Horkheimer:

Pressupondo-se as circunstâncias a, b, e, d, deve-se esperar a ocorrência q; desaparecendo p, espera-se a ocorrência r, advindo g, então espera-se a ocorrência s, e assim por diante. Esse calcular pertence ao arcabouço lógico da história, assim como ao da ciência natural. E o modo de existência da teoria em sentido tradicional⁷

O modelo da Teoria Tradicional funciona muito bem para encontrar respostas referentes à natureza e seus fenômenos. Uma vez confirmada uma teoria, ela explica como certos fenômenos naturais ocorrem, suas dimensões, suas causas e assim por diante. Se a teoria não consegue realizar esses feitos propostos, então deve-se rever os dados empíricos, o modo de avaliação desses dados, os experimentos, ou a teoria mesma. Entretanto, ruídos teóricos ocorrem quando tentamos transportar esse modelo das ciências naturais para as ciências humanas. Por princípio, a Teoria Tradicional busca encontrar conexões necessárias entre eventos sem a participação do próprio cientista, ele é apenas um observador dos fenômenos. É impossível eliminar a variante humana dentro das ciências humanas, dessa forma o modelo de Teoria Tradicional não é adequado para esses assuntos e precisa ser revisto.

O principal problema desse tipo de viés teórico chamado de tradicional é que ele se torna algo independente da história, seus dados são isolados e contabilizados. O cientista social se vê como um profissional ao lado de outros profissionais de outras áreas e cada um trabalha com seu objeto delimitado. Uma visão holística diria que cada um se ocupando de sua parte faz o todo progredir. Porém essa desconexão entre o todo do trabalho social é mais um sinal da alienação que o mundo do trabalho,

⁶ DESCARTES, R. *Discurso do método*. Tradução, prefácio e notas de João Cruz Costa. São Paulo: Ed de Ouro, 1970

⁷ HORKHEIMER, M. in Os Pensadores. Editora Abril. São Paulo. 1 edição. 1975. Pg. 129

do modo que é produzido, impõe aos seus trabalhadores. Por outro lado, existe a linha teórica crítica cujos pressupostos Horkheimer quer evidenciar. A Teoria Crítica parte de um pressuposto distinto, a saber: a separação entre indivíduo e sociedade é desnaturalizada, implicando em uma influência mútua e necessária. Não é possível analisar a sociedade sem o indivíduo, não é possível dizer nada sobre o indivíduo sem levar em conta o seu meio.

Sendo a razão algo inerentemente humano, para a Teoria Crítica, enquanto os processos sociais e a relação entre o mundo do trabalho e o indivíduo não seguem processos racionais, então vivemos em estado de desumanização, oposto à *emancipação*. Combater esse estado, analisar as possibilidades que nos levariam à quebra desse padrão é a busca por emancipação que guarda o parentesco com processo do *Iluminismo*:

Contudo, a função da teoria crítica torna-se clara se o teórico e sua atividade específica são considerados em unidade dinâmica com a classe dominada, de tal modo que a exposição das contradições sociais não seja meramente uma expressão da situação histórica concreta, mas também um fator que estimula e que transforma.⁸

Horkheimer deixa claro que a Teoria Crítica não é contrária ao modo de proceder sistemático e rigoroso, mas contra a racionalidade instrumental que vem com esse modelo e que se espalhou e se instalou em demasia em diversos setores da sociedade como o modo correto de fazer ciência. Essa visão de ciência tradicional, que busca desligar o cientista de seu meio e do objeto de estudo, aliena e favorece o alargamento desse procedimento em campos cada vez maiores da sociedade, pois a compreensão de mundo passa a seguir os mesmos passos que a ciência tradicional, muito efetiva em sua área original de atuação, fornece.

A preocupação do teórico crítico é sempre com a possibilidade de emancipação e é natural que seu objeto de estudo esteja de várias maneiras subjugado pelo sistema, que o oprime e lhe retira a possibilidade de vislumbrar outras possibilidades de sociedade no horizonte. O cientista crítico, portanto, é um cientista que denuncia não só as mazelas causadas pela dominação vigente, mas também seus pressupostos teóricos que comandam o próprio proceder conceitual do cientista que muitas vezes não é colocado em questão. Denuncia tanto a causa quanto a

⁸ibid. Pg. 144

consequência e apresenta os modos, de sair dessa situação, o que atravança o processo de emancipação e o que lhe facilita.

1.2 Modelos de Teoria Crítica

Prosseguindo com a análise da Teoria Crítica diferenciando o modelo desenvolvido por Horkheimer no texto *Teoria tradicional e Teoria Crítica* e o modelo desenvolvido por Habermas até a década de 1980, período em que foi publicado o livro *Teoria do Agir Comunicativo* e em que deteremos nossa análise. O fato de haver mais de um modelo de se fazer Teoria Crítica corrobora o argumento contrário ao uso do termo Escola de Frankfurt de modo indiscriminado e essas diferenças entre os teóricos são mais um sinal da diversidade de pensamento dentro de suas fileiras. Habermas foi assistente de Adorno entre os anos de 1956 e 1959 no Instituto, porém, após discordâncias teóricas a respeito de seu trabalho, terminou sua tese de livre docência na Universidade de Marburgo sob a orientação de Abendroth. Sua tese de livre-docência resultou no livro *Mudança estrutural da esfera pública*, publicado em 1961, que será analisado logo adiante e que lida diretamente com o tema proposto neste trabalho. Ainda que houvesse discordâncias entre Adorno e Habermas sobre o trabalho mencionado, é evidente o parentesco da análise habermasiana desenvolvida em 1961 e aquela desenvolvida por Adorno e Horkheimer no livro *Eclipse da razão* e, apenas de autoria de Adorno, *Dialética do Esclarecimento*, ambos de 1947. O parentesco se dá especialmente em torno das teses referentes aos meios de comunicação de massa, massificação da cultura, controle cultural, despolitização das massas e uma espécie de aporia em que a razão desmistificadora, buscada pelo processo do Esclarecimento, transformou a si própria em mito. O afastamento teórico entre Habermas e seus predecessores é gradativo, entretanto ele continua seguidor das guias da Teoria Crítica: a utilização das categorias marxistas para a confecção de um diagnóstico de tempo.

Começo a minha análise tomando como ponto dado a recepção, por Habermas, aos trabalhos de Adorno e Horkheimer de 1947—*Dialética do Esclarecimento* e *Eclipse da razão*. Isso significa dizer que Habermas, na primeira metade do século XX, defrontava-se com seus predecessores e os entendia numa situação de difícil saída: ou a Teoria Crítica mudava seu enfoque de análise ou deixaria de ser uma alternativa

teórica capaz de compreender as possibilidades de emancipação da humanidade. Numa situação extrema, serviria apenas como profecia da desumanização sem volta da humanidade presa pelo processo de racionalização. O projeto de uma razão esclarecedora iniciada no século XVIII haveria se desvirtuado. Nas palavras de Freitag:

O saber produzido pelo Iluminismo não conduzia à emancipação e sim à técnica e ciência moderna que mantêm com seu objeto uma relação ditatorial. Se Kant ainda podia acreditar que a razão humana permitiria emancipar os homens dos seus entraves, auxiliando-os a dominar e controlar a natureza externa e interna, temos de reconhecer hoje que essa razão iluminista foi abortada. A razão que hoje se manifesta na ciência e na técnica é uma razão instrumental repressiva.⁹

No decorrer desse processo de racionalização do mundo, principalmente nas sociedades mais desenvolvidas do mundo ocidental – e que foi exportada para os países capitalistas em desenvolvimento, deu-se início a um modelo social, pretensamente racional de sociedade, cujo centro era a instituição do mercado, organizado através do modelo capitalista, que se fechou em um clique. E ao se tornar um modelo capaz de gerir suas crises cíclicas – classicamente chamado de crise de produção e crise de consumo em termos marxistas – e de transformar a cultura em uma mercadoria – logo, produção e distribuição também organizadas pelo mercado e gerida pelos novos avanços em tecnologia e psicologia, chamado pelo nome de *Industria Cultural* –, a razão deixou de ser aquilo que quebra os grilhões da ignorância para ser os novos grilhões da humanidade. E em seu nome a humanidade caminha para a desumanização. Seguindo a leitura de Marcos Nobre:

Para Habermas, apoiar conscientemente a possibilidade da crítica em uma aporia (como fizeram Horkheimer e Adorno) significa colocar em risco o próprio projeto crítico. Pois tal aporia fragiliza tanto a possibilidade de um comportamento crítico relativamente ao conhecimento quanto a orientação para a emancipação. É evidente, entretanto, que Horkheimer e Adorno chegaram a tal posição teórica levados pela exigência mesma da Teoria Crítica de analisar o momento histórico sem retoques nem concessões, ou seja, pela exigência de produzir um diagnóstico do momento presente capaz de apresentar com rigor as tendências estruturais do capitalismo administrado. Sendo assim, de modo a se contrapor a essa posição aporética de Horkheimer e Adorno, Habermas propôs um diagnóstico do momento presente divergente daquele apresentado na *Dialética do Esclarecimento*. Nem por isso, entretanto, deixam de existir algumas convergências importantes entre os dois diagnósticos. Partindo da constatação de que o capitalismo passou a ser regulado pelo Estado, Habermas concluiu que as duas tendências fundamentais para a emancipação presentes na teoria marxista — a do colapso interno, em razão da queda tendencial da taxa de

⁹ FREITAG, B. Teoria Crítica: Ontem e Hoje . 4º ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. P. 35

lucro, e aquela da organização do proletariado contra a dominação do capital — tinham sido neutralizadas.¹⁰

Então a proposta de Habermas para essa situação é a proposição de um novo diagnóstico de tempo diferente daquele proposto por seus predecessores e abandonar alguns preceitos marxistas, como os descritos na citação acima, que não se aplicavam mais à realidade. A principal mudança é o abandono do paradigma da filosofia da consciência e adoção do paradigma da filosofia da linguagem que será abordado futuramente neste texto. Por ora, encerro esse escrito preliminar que dará ao leitor um horizonte teórico que acompanhará a discussão a ser desenvolvida.

CAPÍTULO II: A Esfera Pública

2.1 Esfera pública como chave de leitura

O conceito de esfera pública perpassa toda a carreira profissional de Habermas. Desde seu primeiro livro em meados do século XX até os escritos atuais, pelo menos em seu horizonte, está presente a noção de esfera pública. Grande parte dos escritos filosóficos de Habermas tem um caráter político. Claro que seu foco político é o modelo democrático, predominantemente europeu e americano. Não é possível, por exemplo, transplantar as análises habermasianas para a democracia brasileira sem a necessidade de uma série de ajustes conceituais pertinentes ao nosso modelo de democracia. Essa característica dos escritos habermasianos antes de ser uma deficiência de generalidade no trato com a democracia, é sua virtude procedimental. Seguindo a guia crítica de análise de seu tempo presente, Habermas se dedica àqueles modelos democráticos referentes à sua vivência. Na tentativa, portanto, de compreender sua sociedade, Habermas identifica como um dos pontos centrais, para o funcionamento de uma sociedade democrática, a esfera pública.

É impossível viver em uma democracia sem a esfera pública. O bom ou mal funcionamento de uma esfera pública diz muito sobre a qualidade da democracia. E

¹⁰ NOBRE, M. A Teoria Crítica. Zahar. 3ª edição. 2004.pg. 43

para além disso, uma sociedade com pretensões de ser emancipada deve ter claro os procedimentos políticos inscritos em suas práticas e instituições. O conceito de esfera pública permite ao teórico trabalhar tanto no âmbito da teoria quanto da realidade material: entender a sua constituição, prática, quão funcional é, como permite aos cidadãos a participação política ou não, qual seu potencial de emancipação. O trabalho a ser desenvolvido neste capítulo percorrerá as análises desenvolvidas no livro *Mudança estrutural da esfera pública* de 1963 e que, em grande medida, foi propulsor para o desenvolvimento do estudo da categoria esfera pública.

O que é a esfera pública? Habermas inicia sua exposição debruçando-se sobre as várias acepções da palavra *público*. Em diferentes lugares, mesmo em épocas iguais, a palavra *público* possui diversas acepções e âmbitos de atuação distintos. Essa é a primeira dificuldade de lidar com um conceito cotidiano que se transforma diversas vezes e que eventualmente possui correlação, mas dizem respeito a áreas distintas. Veremos esse detalhe mais adiante, mas, à título de ilustração, sigo a explanação de Nancy Fraser sobre as diversas acepções de *público* e *privado*, que o acompanha

“Publicidade”, por exemplo, pode significar 1) relacionado ao estado; 2) acessível a todos; 3) de concernimento de todos; e 4) pertencente ao bem comum ou a interesses compartilhados. Cada um desses corresponde a um contrastante sentido de “privado”. Em adição, há dois aspectos outros de “privativo” flutuando logo acima da superfície aqui: 5) pertencente a propriedade privada em uma economia de mercado; e 6) pertencente a intimidade doméstica ou vida pessoal, incluindo a vida sexual.¹¹

Seguindo o modo de proceder da Teoria Crítica, Habermas é claro ao dizer que tratar de um conceito tão complexo como o da esfera pública e suas conexões apenas sob o viés de uma única ciência como a filosofia não seria suficiente. O trabalho interdisciplinar, característico dos teóricos críticos, é ao mesmo tempo instigante por agremiar diversas disciplinas em volta de um único tema, e assustadora por conta do volume de informação e teorias que são elencadas para a discussão. Para tentar dar conta de desenvolver uma análise que considere as acepções que *esfera pública* pode ter, Habermas começa seu trabalho mais como um historiador e sociólogo. Somente

¹¹ "Publicity", for example, can mean 1) state-related; 2) accessible to everyone; 3) of concern of everyone; and 4) pertaining to a common good or shared interest. Each of these correspond to a contrasting sense of "privacy". In addition, there are two other senses just hovering above the surface here: 5) pertaining to private property in a market economy; and 6) pertaining to intimate domestic or personal life, including sexual life.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. Duke University Press. 1990. pg 71

após construir uma base de pesquisa firme, o autor desenvolverá suas considerações sobre seu tempo presente, naquela época; considerações estas que só fazem sentido se analisadas conjuntamente com as razões que levaram seu objeto de estudo a se tornar o que é.

Habermas inicia sua análise poucos séculos antes nas maiores potências da época. Seu foco de análise inicial são França, Inglaterra e Alemanha, e posteriormente os Estados Unidos da América. Durante o século XVII e XVIII, França, Inglaterra e Alemanha eram monarquias. Nesse contexto *público*, em um sentido, é tudo aquilo que diz respeito à aristocracia e à Igreja. Em oposição a essa acepção, *privado* era o domínio da sociedade e da esfera íntima familiar¹². A análise de Habermas começa aqui, porque é nesse momento que nosso autor identifica o nascimento daquilo que virá a ser chamado de *esfera pública burguesa*, que irá se sobressair em relação a outros modelos e servirá como ideal para seu desenvolvimento vindouro. O traço fundamental da *esfera pública burguesa*, nos diz Habermas, reside em que ela se constitui como

...a esfera de pessoas privadas que se reúnem em um público. Elas reivindicam imediatamente a esfera pública, regulamentada pela autoridade, contra o próprio poder público, de modo a debater com ele as regras universais das relações vigentes na esfera da circulação de mercadorias e do trabalho social – essencialmente privatizada, mas publicamente relevante.¹³

Acredito ser importante salientar a distinção entre a *esfera pública burguesa* e a *esfera do poder público*, como ocorre na passagem citada acima. Apesar de projetos individuais e coletivos serem públicos, seus planos de atuação são distintos. A *esfera do poder público* é uma instituição estatal – portanto seu público é no sentido de referente ao Estado – e sua atuação é referente a administração dos bens públicos de acordo com a constituição regente. A *esfera pública burguesa* faz referência ao espaço de discussão dos cidadãos, que pode engendrar ações positivas sobre questões específicas, mas que antes é apenas uma arena de debate. Então é sempre importante ter em mente que a esfera pública não é parte do poder público, mas possui uma interface de diálogo com ela.

¹² "O poder público se consolida em uma oposição palpável para aqueles que lhe são meramente subordinados e, de início, encontram nele apenas sua definição negativa. Pois essas são as pessoas privadas, que, por não ter um cargo público, são excluídas da participação do poder público. Nesse sentido estrito, "público" é sinônimo de estatal" HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública. Editora Unesp, tradução de Denilson Luís Werle. 2014. P.121

¹³ Ibid. p. 135

Habermas identifica a origem da *esfera pública burguesa* na *esfera pública literária*. A *esfera pública literária* se definia pelo encontro de pessoas privadas reunidas em um espaço público –salões, cafés, clubes... – para discutir suas ideias a respeito de literatura e cultura. Nesses ambientes de encontros, constituíam-se locais onde a burguesia citadina se encontrava e fazia circular suas impressões sobre os mais diversos assuntos. Obviamente era um estrato da sociedade muito diminuto e selecionado. Seus frequentadores eram burgueses com posses e formação para ter acesso a tais objetos de discussão. Os ideais que regiam esses locais eram:

Em *primeiro lugar*, exige-se um tipo de intercâmbio social que não pressupõe de modo algum uma igualdade de status, mas até prescinde dela. Contra o cerimonial da posição, impõe-se tendencialmente o tratamento entre iguais. A paridade, que forma a única base sobre a qual a autoridade do argumento pode se afirmar e, por fim, se impor também sobre a hierarquia social” (...)

Em *segundo lugar*, a discussão nesse público pressupõe a problematização dos domínios que até então não eram considerados dignos de questionamento. “O universal”, com o qual o público se ocupa criticamente, permanecia reservado ao monopólio interpretativo das autoridades eclesásticas e estatais. (...) Contudo, na medida em que as obras filosóficas e literárias, as obras de arte em geral, começam a ser produzidas, para os mercado e mediadas por ele, esses bens culturais passam a se assemelhar àquele tipo de informação: como mercadorias, tornam-se em princípio acessíveis universalmente. (...)

O mesmo processo que conduz a cultura à forma de mercadoria, e com isso a transforma em algo passível de ser discutido em geral, leva, em *terceiro lugar*, a uma abertura fundamental do público. Por mais exclusivo que seja, o público não poderia jamais se isolar completamente e se consolidar como um grupo pois já se entende e já se encontra no público maior de todas as pessoas privadas, das quais se pressupõe que tenham, como leitores, ouvintes e espectadores, propriedade e formação para se apoderar dos objetos em discussão por meio do mercado. As questões discutíveis são “universais” não apenas no sentido de sua importância, mas também em sua acessibilidade: todos devem poder participar.¹⁴

Mesmo que esses requerimentos nunca fossem completamente preenchidos, eles norteavam e pairavam no ideário desses burgueses. A *esfera pública literária* é o local que possibilita o aparecimento de uma opinião pública discutida mediante razões. É o solo que dará o ensejo para que esses burgueses reivindiquem participação política. Acostumados a debater, munidos de dinheiro e influência crescente sobre a aristocracia que dava sinais de ter se tornado uma categoria ultrapassada, esses burgueses, coordenados por uma agenda comum, possuíam os elementos necessários para galgar poder político. Esse é um dos motivos de se ter bem clara a repartição entre os domínios do *público* e do *privado*, uma vez que,

¹⁴ Ibid. p. 149-152

enquanto privado, mantinham clara sua definição de *homens* e em que âmbito se dava sua atuação política, como *cidadãos*. O que se está vislumbrando nessa passagem do século XVII para o século XVIII é aquela mediação entre os anseios de um estrato da sociedade civil, que começava a se organizar como classe, e o Estado, uma das funções da *esfera pública burguesa*¹⁵. Esquemáticamente, temos:¹⁶

Domínio privado		Esfera do poder público
Sociedade civil (domínio de circulação de mercadorias e do trabalho social)	Esfera pública política; Esfera pública literária (clubes, imprensa)	Estado (domínio da “polícia”)
Espaço interno da família conjugal (intelectualidade burguesa)	(Mercado de bens culturais) “Cidade”	Corte (sociedade cortesã aristocrática)

Desta forma, é possível ter em mente uma imagem da importância do desenvolvimento dessa *esfera pública burguesa* em *esfera pública política* por estes que eram considerados ao mesmo tempo *homem* e *cidadão* na luta pela racionalização da dominação estatal.

Habermas encontra no opúsculo de Kant *Resposta à pergunta: o que é Esclarecimento [Aufklärung]*?¹⁷ Um exemplo de uma esfera pública burguesa madura, isto é, uma parte da sociedade a quem Kant se dirige e inspira a praticar as diretrizes do Esclarecimento. Kant desenvolve a ideia de *emancipação* como a finalidade do projeto do Esclarecimento. O Esclarecimento, tal como definido por Kant, é o desenvolvimento das capacidades individuais e servir-se do próprio entendimento sem a direção de outrem. Basicamente a conquista da sua independência intelectual e fazer bom uso das suas faculdades mentais para o bem de todos, desenvolvimento das ciências e busca pela verdade.

¹⁵ A tarefa da esfera pública burguesa é a regulamentação da sociedade civil. Tendo como pano de fundo as experiências de uma esfera privada que se tornou íntima, a esfera pública burguesa pôde confrontar a autoridade monárquica estabelecida. Nesse sentido, ela tem desde o início um caráter ao mesmo tempo privado e polêmico. Ibid. p. 176-177

¹⁶ Ibid. p. 140

¹⁷ Cf. KANT, I. Resposta à pergunta: que é Esclarecimento? Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Brasília: Casa das Musas, 2008

Esse processo do Esclarecimento afeta diretamente a formação da esfera pública burguesa. O texto kantiano mencionado data de 1784. Mesma época, portanto, da Revolução Francesa (1789 – 1799). Podemos dizer que o espírito da época animava os intelectuais da Europa do final do século XVIII na busca por uma sociedade mais transparente em seus mecanismos funcionais, avessa ao dogmatismo e em busca de formas mais racionais de ação. Os intelectuais esclarecidos faziam uso de suas palavras em público fomentando o debate, agremiando pessoas e opiniões em torno de causas. Convém dizer que a junção da ideologia iluminista à prática de encontro dos clubes de leitura e o surgimento da imprensa periódica, que extravasavam as opiniões formadas nos pequenos grupos, resultaram em um movimento intelectual que possuiu a potência de ganhar o coração das massas e se estabilizar como ideologia dominante pelos séculos vindouros. Kant veio a se tornar um dos expoentes do Esclarecimento e seu opúsculo foi um manifesto público para seus contemporâneos. A noção de uma esfera pública, um âmbito que visava o além da esfera privada a que o cidadão da época estava confinada, portanto, teve uma função central dentro do Esclarecimento e na sociedade que viria a se formar nos moldes democráticos modernos.

A esfera pública burguesa não possuía somente a função de organizar, concentrar discursos, tornar opiniões privadas em opiniões públicas, ela também tinha a função de mediar o processo de racionalização da opinião pública. Opinião pública não somente no sentido daquela que fazia circular os cidadãos, mas público também no sentido de pertencimento ao Estado, ao governo, ao clero. A esfera pública burguesa tornou-se o palco de contestação da ordem monárquica e do pedido de maior transparência em seu serviço. Kant atribuía à discussão pública a possibilidade de um controle pragmático da verdade e a conciliação da política com a moral. Vê-se aquela mencionada tentativa de racionalização da dominação estatal por meio de um *médium* entre a sociedade burguesa e o poder público constituindo assim uma *esfera pública burguesa política*.¹⁸

¹⁸ Habermas explica o desenvolver do conceito de esfera pública como central ao projeto kantiano e como esse conceito fornecia uma via de mão dupla entre o poder estatal e a sociedade: "Já em *Crítica da razão pura*, Kant havia atribuído ao consenso público aos que discutem entre si mediante razões a função de um controle pragmático da verdade: 'A pedra de toque para decidir se a crença é convicção ou simples persuasão, será, portanto, externamente, a possibilidade de comunicá-la e considerá-la válida para a razão de todo ser humano'. Mais tarde, na Filosofia do direito, essa 'concordância de todos os juízos a despeito da diversidade dos sujeitos entre si', garantida por meio da publicidade, para

Ocorrida a transição dos governos monárquicos para os democráticos, a revolucionária classe burguesa da França, Inglaterra e Alemanha¹⁹ se consolidaram como classe dominante política e economicamente. Sobre as diferenças pertinentes aos casos francês, alemão e inglês, Calhoun diz:

Na França um público que debate criticamente problemas políticos surgiu apenas próximo ao meio do século XVIII. Mesmo naquela época, faltava-lhe a capacidade de institucionalizar seus impulsos críticos até a Revolução. Não havia nada como o Parlamento Britânico, com o comparecimento da imprensa política nem um estado amizável com a noção de uma “oposição fiel”. Apenas nos anos depois da Revolução que os filósofos deixaram sua atenção crítica para com a arte, literatura, e religião para se ocupar da política. Os clubes fundadores e jornais focaram em políticas econômicas em direção a uma inspiração inglesa nos anos de 1770. Os fisiocratas foram centrais, e eles foram os primeiros a combinar ações no discurso público e participação no governo – um sinal de que a opinião pública estava se tornando efetiva. (...) Os clubes tiveram um papel central, e quase de um dia para o outro um extraordinário número de publicações apareceram. A constituição de 1791 declarou que ‘a comunicação livre de ideias e opiniões é uma dos direitos mais preciosos do homem’. A Alemanha estava atrasada com relação a França. Lá ‘o debate crítico de um público sobre política apareceu predominantemente em encontros privados da burguesia. A nobreza permaneceu completamente dependente das cortes e desta forma falhou em desenvolver vínculos fortes de comunicação com os intelectuais burgueses que participavam da criação de uma robusta sociedade civil separada do estado. De qualquer forma, jornais com conteúdo político proliferaram e eram debatidos nas sociedades de leitura, mesmo que a eficácia política deste grupo permaneceu limitada.

No decorrer do século XIX, durante a implementação do liberalismo clássico como modelo econômico dominante, já era evidente a não concretização da esfera pública nos moldes estabelecidos pela burguesia do século XVIII. Os burgueses

a qual só falta, em Kant, o nome de ‘opinião pública’, recebe seu significado constitutivo para além de seu valor pragmático: as próprias ações políticas, ou seja, relacionadas com o direito dos outros, só podem estar em concordância com o direito e a moral na medida em que suas máximas são capazes de publicidade, elas até mesmo carecem dela.” Ibid. p. 272-273

¹⁹ Sobre a distinção entre França, Alemanha e Inglaterra, Calhoun comenta: “In France a public that critically debated political issues arose only near the middle of the eighteenth century. Even then, it lacked the capacity to institutionalize its critical impulses until the Revolution. There was nothing like the British Parliament, with its attendant political press, nor was the state amenable to any notion of ‘loyal opposition’. Only in the years after the Revolution did the philosophes turn their critical attention from art, literature, and religion to politics. The founding clubs and journals focused on economic policy toward English inspiration in the 1770s. The physiocrat were central, and they were the first to combine activity in this public discourse and membership in the government – a sign that public opinion was becoming effective. (...). The clubs played a central role, and almost overnight, an extraordinary range of publications sprang up. The Constitution of 1791 declared that ‘the free communication of ideas and opinions is one of the most precious rights of man’. Germany lagged behind France. There ‘the public’s rational critical debate of political matters took place predominantly in the private gatherings of the bourgeoisie. The nobility remained completely dependent on the courts and thus failed to develop strong enough lines of communication with bourgeois intellectuals to participate in crafting a strong civil society separate from the state. Nonetheless, journals with political content proliferated and were debated in Reading societies, even if the political efficacy of this public remained limited.” Introduction: Habermas and the Public Sphere. CALHOUN, C. in Habermas and the Public Sphere. MIT press. Cambridge, Massachusetts. 4^o ed. 1996 – Pg 14. Tradução minha.

setecentistas eram revolucionários, por que buscavam implementar um novo modelo de governo que desse maior participação ao cidadãos. Uma vez garantido seu poder e influência através do novo sistema político e pela Declaração dos direitos dos homens e cidadãos de 1789, os burgueses setecentistas deixaram de ser revolucionários e passaram a trabalhar em prol da ampliação de seu poder político e econômico. Desta forma, o modelo de esfera pública burguesa, que a princípio, buscava uma contestação do poder monárquico, se fechou em um clique classista e passou a legitimar a ordem política que era dirigida pelos próprios burgueses. Eles, os burgueses, dirigiam não só o poder político e econômico, mas também eram aqueles que ocupavam os espaços de discussão abertos da sociedade.

A expansão de direitos políticos advindos das novas tensões formadas entre o proletariado e os burgueses no século XIX trouxe consigo uma nova configuração de esfera pública. A luta organizada pelos proletários demandava uma maior participação política e um canal de discussão com os proprietários. Essa nova configuração ampliou a esfera pública que passou a acomodar novos setores que até então não tinham espaço dentro dela.

A ideia de uma racionalização da dominação buscada pela esfera pública burguesa no século XVIII possuía como plano de fundo a ideia de uma criação de uma “ordem natural”. Os fisiocratas, partidários da ideia de uma ordem natural, buscavam um modo de desnudar a verdade contida nas relações e deram início ao processo de liberalização econômica que ficou conhecido pela expressão *Laissez faire*. Em verdade, os fisiocratas acreditavam que o mercado era regido por leis próprias como a natureza e a intervenção estatal na economia, amplamente praticada no período mercantilista, interferia nessas mesmas leis. A aplicação desses conceitos, aliada à esfera pública burguesa, buscavam aliviar a esfera privada de pressões estruturais, isto é, dar vazão aos seus anseios e clamores, e a sociedade poderia decidir, segundo critérios estabelecidos pela discussão, quais leis possuíam um caráter universal. Aparentemente a discussão pública apenas desnudaria a verdade das leis e das relações de poder dentro da sociedade. Era um princípio harmonizador entre a vontade e a razão.

Durante o século XIX, o público interessado em participar politicamente se ampliou pela nova configuração social e a crescente expansão da imprensa. Com a irrupção de diversos públicos nessa esfera pública, é necessário que o conceito se

atualize para dar conta das novas relações de poder. Outrora, os cidadãos, aqueles que podiam discutir segundo razões na esfera pública eram apenas burgueses com posses e formação cultural elevada. Agora, com sua ampliação para outros públicos, outros interesses começaram a permear as discussões públicas, não mais apenas aqueles que interessavam à classe burguesa. Como eram frequentes os casos em que os políticos eram donos de indústrias, a aceitação de reivindicações feitas pelo proletariado eram sempre difíceis. Foi nesse contexto em que os protestos organizados passaram a ser mais violentos, com destruição de maquinário, ou a greve como modelo mais eficaz de uma categoria ser ouvida. Para manter o estado de relações de poder como estavam, algumas concessões eram feitas, alguns direitos conquistados, como a jornada de trabalho diário, a ampliação do poder de voto, eventualmente o direito à participação política mais ampla. Claramente essa configuração de esfera pública pouco tem a ver com o desnude da verdade das relações e muito mais com luta de classes, luta pelo poder político, pelo direito de fala e de narrativas. Esfera pública como o espaço do embate político. Neste contexto, não há como reabilitar uma esfera pública burguesa, nem imaginar que ainda se vive nela ou sob seus ideais²⁰.

É nesse momento que a ideia de uma esfera pública que buscasse racionalizar o poder público se transforma em um modo de alcançar o poder e gradualmente se afasta daquela função de racionalização das relações de poder. Sendo assim, Habermas nos diz que durante o florescimento do liberalismo no século XIX, gradualmente foram se dissolvendo os contornos entre a esfera pública e a privada:

Remetendo-se dialeticamente uma à outra, duas tendências caracterizam uma decadência da esfera pública: ela penetra cada vez mais em esferas mais amplas da sociedade e, ao mesmo tempo, perde sua função política de submeter ao controle de um público crítico os casos que se tornaram públicos.²¹

²⁰ Sobre esse período, Habermas cita Mill numa crítica a esse novo modelo de esfera pública: Na vida do estado, soa como lugar-comum dizer que a opinião pública rege o mundo. O único poder que ainda merece ser chamado de poder é o das massas e o dos governos, na medida em que se convertem em instrumentos para as aspirações e inclinações das massas [...]. E o que é uma novidade ainda mais significativa, a massa cria suas opiniões atuais não por meio de dignitários da Igreja ou do Estado, líderes ou escritores, que a elevem acima do comum. Da elaboração intelectual dessas opiniões, cuidam homens mais ou menos da mesma toada, que, sob o impulso do momento, falam às massas por meio dos jornais. Ibid. p.312

²¹ Ibid. p. 325

A partir de então o Estado como mediador de conflitos políticos que não podem mais ser resolvidos no interior da esfera privada intervém com a constitucionalização da esfera pública política. Desta forma, diversas atribuições da esfera privada passam para o domínio do Estado e também uma série de competências públicas passam para corporações privadas. A decadência da esfera pública será demonstrada através de sua mudança política e essa mudança se fundamenta na mudança estrutural entre a esfera pública e a privada. Nessa nova conjuntura são criados setores que são quase públicos ou quase privados. No cerne da esfera privada publicamente relevante surge uma esfera social repolitizada num misto de instituições estatais e sociais que se vinculam funcionalmente, o que foge à distinção entre público e privado, também. Um exemplo dessas intersecções são os auxílios que o Estado passa a fornecer como se segue na passagem a seguir:

Os riscos clássicos, sobretudo desemprego, acidentes, doenças, velhice e os casos de morte, cobertos atualmente pelas garantias dos Estado de bem-estar social. Corresponde-lhe prestações básicas, em geral na forma de auxílios à renda. Esses auxílios não são destinados à família, nem se exige da família um rendimento subsidiário de montante considerável. Hoje, o membro individual da família é protegido publicamente contra as chamadas *basic needs*, que outrora as famílias burguesas tinham de suportar como risco privado.²²

2.2 A imprensa: guardião e algoz da esfera pública

O processo de mudança na organização e de função da esfera pública está intimamente ligado às funções ideológicas da imprensa e da publicidade. No livro *Mudança estrutural da esfera pública* a história do surgimento e desenvolvimento, bem como sua decadência da esfera pública e sua função é intimamente ligada ao papel da imprensa. O livro reconstrói um pouco da história da imprensa desde o período da popularização das cartas, a criação de um sistema de correio, o surgimento de jornais semanais, sua função em divulgar éditos reais e críticas desenvolvidas pelas pessoas privadas reunidas em público até o ponto em que ela se torna uma mercadoria. O momento crucial para a imprensa é quando esta se torna porta-voz de uma esfera pública no século XIX que não mais discute mediante razões. O desenvolvimento de diversas técnicas publicitárias de controle e conhecimento do desejo público, bem

²² Ibid. p. 350-351

como sua possibilidade de alçar certos interesses ao posto de *desejo do público* fez dela o instrumento principal para que a esfera pública política decaísse e pudesse ser cooptada por setores interessados da sociedade.

Os jornais passaram de meros dispositivos que publicam notícias para ser também portadores e condutores da opinião pública, instrumentos de luta da política partidária. Para a organização interna da empresa jornalística, isso teve como consequência que entre a coleta de notícias e a publicação das notícias fosse introduzido um novo elemento: a redação. Para o editor de jornal isso significou que ele passou de vendedor de novas notícias a mercador da opinião pública.²³

Dentro do contexto de entrelaçamento e esfumaçamento entre os limites da esfera privada e a pública do século XIX surge um novo elemento. Habermas chama esse elemento de um processo de *refeudalização* da esfera pública. Esse processo remete à esfera representativa própria do período feudal. A função da esfera representativa é justamente a de representar algo para um público definido. No caso do período feudal, o poder público do senhor era representado aos seus súditos por uma série de símbolos. Cor púrpura, grandes festas são exemplos da manifestação do poder senhorial perante os seus subordinados. O processo de *refeudalização* da esfera pública passa justamente pelo médium da publicidade fornecida pelo setor da imprensa. É sempre bom lembrar que a imprensa é um negócio privado, que muitas vezes foi estatizado em diversos períodos e lugares por conta de seu poder, mas que no geral sempre prevaleceu uma espécie de acordo entre setores privados e públicos como descrito anteriormente, setores quase privados ou quase públicos.

À medida que se desenvolve como um empreendimento capitalista, o jornal acaba se enredando em um campo de interesses estranhos à empresa que tenta ganhar influência sobre ele. A história dos grandes jornais diários na segunda metade do século XIX mostra que a imprensa se torna manipulável à medida que se comercializa. A partir do momento que a venda da parte do que é redigido interage com a venda da parte dos anúncios, a imprensa, até então uma instituição de pessoas privadas como público, torna-se uma instituição de determinados participantes do público como pessoas privadas – ou seja, torna-se porta de entrada de interesses privados privilegiados na esfera pública.²⁴

A *refeudalização* é um processo de duas mãos, ao mesmo tempo que o poder público passa a ser novamente representado para os cidadãos, além da constante intervenção na esfera privado, o que é chamado de *estatização da sociedade*, quando atribuições tradicionalmente pertencentes à esfera privada passam para a responsabilidade do poder público, e, por outro lado, ocorre a chamada *socialização*

²³ Ibid. p. 396

²⁴ Ibid. p. 402

do Estado, que se dá quando corporações privadas assumem funções que originalmente eram do poder público.

Como outrora os súditos eram aqueles que não participam das tomadas de decisão e que possuíam um papel político limitado em relevância e duração, o público do século XIX, apesar dos avanços na ampliação da categoria de cidadão, ainda permaneciam bastante semelhantes quanto ao poder político²⁵. De uma esfera pública crítica quanto às tomadas de decisão, resulta aquilo que Habermas chama de uma falsa esfera pública que é criada, isso significa que a esfera pública não “existe” mais, ou possui um papel muito limitado perante aquilo que se supunha. A cada momento em que é demandado uma decisão que necessita de apoio popular, os interessados, administrações privadas e públicas, criam uma esfera pública de *discussão*. Notem que essa discussão é outra farsa. A discussão é apenas mais uma encenação, um jogo com cartas marcadas para preencher, segundo Habermas, uma função sociopsicológica, uma falsa impressão de participação.

-

É nesse momento do livro que notamos fortemente a influência do conceito de indústria cultural desenvolvido pelos seus predecessores, Adorno e Horkheimer, principalmente no livro *Dialética do Esclarecimento*. A confluência entre o poder político e econômico com o domínio dos setores da imprensa pelo mesmo grupo social cria uma situação em que fica difícil vislumbrar um uso da categoria da esfera pública para fins emancipatórios. Se o principal modo de combate aos poderes estabelecidos, às práticas cerceadoras da liberdade de pensar e agir criticamente e de organização social passam, necessariamente, pelo *medium* da esfera pública, e esta mesma categoria se apoia nos setores empresariais da publicidade e da imprensa para divulgar, debater e organizar essas ideias e grupos, então temos um quadro de falência da esfera pública, pois sua realização está obstruída pelas condições materiais.

Apesar de todos esses mecanismos de controle, Habermas não cogita que a esfera pública deva ser eliminada como conceito que possibilite a emancipação. Para

²⁵ O processo politicamente relevante do exercício e do equilíbrio de poder ocorre diretamente entre as administrações privadas, as federações, os partidos e a administração pública. O público como tal é incluído esporadicamente nessa circulação do poder, e apenas com a finalidade de aclamação. Ibid. 386-387

Habermas o ideal crítico da imprensa ainda subsiste junto com da sua função manipulativa. A imprensa ainda possui a capacidade de fornecer uma formação positiva ao seus consumidores, de divulgação científica, de pesquisas, de novas tendências comportamentais. Claro que isso é bastante restrito, mas existe. Ainda há a esperança no “cultivo de opinião”, ou seja, uma opinião fruto de uma reflexão que pode ser fomentada e divulgada pela imprensa.

No final do livro, Habermas não possui uma resposta para o problema em mãos além da fraca esperança em condições materiais mais favoráveis no futuro, um dos motivos posteriores da crítica ao seu livro. Porém, ele vislumbra algumas possibilidades. Habermas acredita que a esfera pública burguesa do século XVIII não possui possibilidades de volta com algum tipo de elite intelectual. A tentativa de manter os ideais dessa esfera pública burguesa no século XIX e XX foi denunciada como ideologia que mascara os reais conflitos que as sociedades de massa atuais enfrentam. A possibilidade de um consenso entre os diferentes atores na esfera pública política também é algo difícil de acreditar. Devido aos mecanismos de controle publicitários também se tornou difícil crer na possibilidade de uma redução dos conflitos estruturais presentes na sociedade. Nas palavras de Habermas:

Um dos problemas é técnico. O outro pode ser reduzido ao um problema econômico. A resposta à questão de saber até que ponto a esfera pública politicamente ativa pode ser realizada segunda sua intenção crítica depende hoje ainda mais da possibilidade de solução desses dois problemas. Neste ponto, gostaria de me limitar a duas observações provisórias.²⁶

O problema técnico referido por Habermas seria o da criação ou aprimoramento de uma burocracia político-social que serviria como uma espécie de corregedoria das outras burocracias administrativas. Isso se daria na forma de cobranças sobre transparências nas ações, nos gastos, na finalidade dos programas criados e sua eficácia. Aparentemente um tratamento empresarial para a máquina estatal. Diferente de ser uma opção positivista da política, essa medida possibilitaria a contestação dos procedimentos estatais, controle de gastos, investimentos, em outras palavras, daria meios para um controle do sistema político pela população politicamente ativa. O outro problema, dito econômico, é o da criação de possibilidades, através das sociedades industriais avançadas, de uma “sociedade de abundância” que remodelaria a disputa pelo poder e recursos estatais. Uma vez que a política é a arte de distribuir recursos

²⁶ Ibid. 482

escassos, uma sociedade que produz tudo aquilo que é necessário a uma vida boa para todos seus cidadãos minimizaria os conflitos sociais. Porém, Habermas salienta que cada vez que o poder de criar abundância se desenvolve, também aumenta a possibilidade de destruição, uma vez que o estado de natureza entre estados não foi superado ainda. Um argumento plausível, dado o contexto de Guerra Fria em que o livro foi escrito, em 1963. Não que essas duas menções resolveriam o problema da esfera pública incapacitada, mas poderiam alterar a conjuntura social que possibilitasse condições materiais para a existência de uma esfera pública crítica. Habermas salienta que não é possível decretar o fim de uma ordem política crítica, o fim de uma democracia verdadeiramente representativa. Os conflitos sociais devem ser resolvidos caso a caso e suas consequências ponderadas; a publicidade crítica e a manipulativa se dão no mesmo espaço, os processos de participação popular em decisões políticas não possuem resultados pré-estabelecidos. Habermas finaliza sua obra com a abertura de possibilidades para solução dos problemas sócio-políticos da democracia que necessita de uma esfera pública crítica operante, apesar desse diagnóstico desfavorável.

É encontrado na literatura a menção à “longa marcha das instituições” fazendo referência à constituição daqueles elementos que dão estrutura e são o suporte de nossas sociedades contemporâneas. Em sociedades tão complexas quanto as contemporâneas é difícil diagnosticar o que poderia ser feito para a construção de possibilidades de emancipação de uma população. O quadro pintado por Habermas não é dos melhores, mas ele também não exclui a possibilidade de mudanças. O fato da esfera pública ter se degenerado até o ponto de se transformar em um empecilho à emancipação com certeza prejudica o objetivo de criar uma sociedade livre e justa. Talvez com o aumento de escolaridade e organização social seja possível uma mudança também na configuração da esfera pública, como aponta Habermas:

Institucionalizada na democracia de massa do Estado de bem-estar social, não diferentemente do estado constitucional burguês, a ideia de publicidade (ao mesmo tempo a racionalização da dominação no médium de debate público crítico de pessoas privadas) é hoje realizável apenas como racionalização – limitado, é claro, por causa da pluralidade de interesses privados organizados – do exercício de poderes sociais e políticos sob o controle mútuo de organizações rivais elas mesmas comprometidas com a

publicidade com relação a sua organização interna e sua interação entre si e com o Estado.²⁷

Desta forma, Habermas toma as instituições como os tijolos que formam uma sociedade e sua esfera pública. Portanto a criação de instituições robustas que desenvolvam o pensamento de seus cidadãos, fomentem o discurso público, a formação, a organização social, o respeito às leis e assim por diante, poderia criar um ambiente ideal para o florescimento de uma sociedade democrática de fato. Como essas instituições não surgem prontas, mas são frutos de incessantes conflitos, o processo de formação social é indissociável da qualidade de uma esfera pública autêntica e funcional.

A mudança estrutural da esfera pública, título do livro, é justamente esse processo de decadência entre os limites entre os domínios público e privado de modo a fazer com que seu princípio de racionalização do poder público se torne inoperante por uma série de fatores. Essa esfera pública fruto das mudanças sociais e políticas do século XIX chega até o século XX. É esse o fenômeno que Habermas se propõe a entender, seu surgimento e seu estado atual. O questionamento que Habermas nos apresenta é: se o processo de mediação entre os interesses da sociedade civil e o poder público é realizado pela esfera pública politizada e, se essa mesma esfera pública se tornou de tal forma um mecanismo sob o poder das classes dominantes, como é possível pensar nessa mediação como algo confiável? Como pode haver a penetração na esfera do poder público, do Estado, de interesses legítimos da sociedade se o seu canal de comunicação se encontra de tal forma deteriorado? Em 1963, Habermas ainda não possuía os meios para responder a essa pergunta propriamente. Sua busca por uma análise mais acurada de sua realidade não parou aqui e logo veremos o começo da sua mudança de paradigma conceitual em direção a uma teoria mais compreensiva e capaz de explicar fenômenos sociais que por enquanto parecem um pouco grosseiros, como a sua explicação da interação cidadão-Estado por meio da esfera pública.

²⁷ "Institutionalized in the mass democracy of the social-welfare state no differently than in the bourgeois constitutional state, the idea of publicity (at one time the rationalization of domination in the medium of the critical public debate of private people) is today realizable only as rationalization – limited, of course, because of the plurality of organized private interests – of the exercise of societal and political power under the mutual control of rival organizations themselves committed to publicity as regards both their internal structure and their interaction with one another and with the state" 47 THOMASSEM, L. Habermas: a guide for the perplexed. Continuum. New York, NY. 2010. Pg. 47. Tradução minha.

CAPÍTULO III: A Recepção Crítica

3.1 Recepção e crítica da esfera pública habermasiana

A obra *Mudança estrutural da esfera pública* foi publicada inicialmente em 1962 em alemão e foi gradualmente traduzida para outras línguas. É relevante ressaltar que aqui trabalharemos somente com a recepção e crítica norte americana e a obra *Mudança estrutural da esfera pública* só foi traduzida para a língua inglesa em 1989. Em ocasião do lançamento dessa obra traduzida para o inglês foi feita um ciclo de debates com a presença do próprio Habermas e que resultou no principal livro que usarei para elencar críticas ao modelo de esfera pública desenhada pelo nosso autor. O resultado desses debates foi o livro *Habermas and the public sphere* de Craig Calhoun²⁸ publicado em 1992. Vale lembrar que a época em que esse ciclo de debates se deu foi particularmente tumultuada no campo político e os escritos de Habermas acerca de uma teoria da democracia e em especial o funcionamento do conceito de esfera pública veio em momento propício. No final da década de 80 e início da 90 tivemos uma série de guerras pelo globo pela redefinição de fronteiras, por recursos e por ideologias. Além da Guerra fria, tivemos ainda a Guerra das Malvinas entre Argentina e Inglaterra, o processo de descolonização, por exemplo do Canadá (1982), Nova Zelândia (1986) e Austrália (1986), a subida ao poder de dois dos principais líderes e entusiastas do neoliberalismo, Ronald Reagan nos EUA em 1980 e Elizabeth Thatcher de 1979 a 1990, a dissolução do bloco comunista e queda do muro de Berlim em 1989 e todas as convulsões que o chamado Segundo Mundo passou, além da implementação do capitalismo nesses mesmos países²⁹.

Preocupado com os rumos que as democracias ocidentais estavam tomando, Habermas inquire se o que estava se desenvolvendo seria uma nova forma de

²⁸ CALHOUN, C. Habermas and the Public Sphere. MIT press. Cambridge, Massachusetts. 4º ed. 1996.

²⁹ Sobre a importância dos temas abordados por Habermas nesse período, ainda vale destacar a figura do próprio Habermas como interlocutor e fomentador em casos concretos como a reconstrução do estado no pós-guerra de Kosovo. Quanto a isso cf. Bestialidade e Humanidade: uma guerra no limite entre o direito e moral. HABERMAS, J. Cadernos de Fil. Alemã. Trad. Luiz Repa. FFLCH. Nº5. 1999. Disponível no endereço: <http://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/64758> . Acessado em: 19/07/2017

totalitarismo com a forma de democracia. Baseado na distinção entre democracia formal, isto é, aquela democracia que possui os procedimentos que uma democracia teria – direitos civis e políticos, eleições, respeito à vontade popular etc – ou uma democracia substancial, aquela que não só possui os processos democráticos e direitos, mas também possui uma cultura democrática arraigada em sua população que cultiva e reproduz os mecanismos próprios para que haja procedimentos reais e substantivos de produção da vontade coletiva, Habermas busca entender como se dá a comunicação da vontade popular com o sistema de administração de um estado. Foi assim que a noção de uma esfera pública entrou em pauta. Esse meio de comunicação entre o conjunto de pessoas privadas que, reunidas em uma coletividade, discutem e ordenam suas vontades e transferem para o sistema administrativo e econômico suas demandas. O trabalho de Habermas é duplo. É preciso identificar um modelo de esfera pública tido como o mais próximo daquilo que deveria ser uma esfera pública democrática, seu funcionamento interno e os motivos pelos quais essa esfera deixou de funcionar adequadamente e incentivando a reprodução de uma democracia formal, bem como demonstrar os potenciais de emancipação contidos na sua análise.

Como não poderia ser diferente, a obra de Habermas suscitou enormes divergências. A começar pelo modelo ideal de uma esfera pública burguesa que Habermas adotou. A crítica ao modelo de esfera pública burguesa pode ser feita em vários níveis. Como é possível adotar um modelo essencialmente europeu derivado de ideologia capitalista como um ideal para o mundo seguir? Estaria Habermas incorrendo em mais um caso de eurocentrismo? E se o modelo é essencialmente capitalista, como que fica uma discussão tradicional da Teoria Crítica a respeito das incongruências do modelo liberal e a reprodução da vida social? Além de se manter no mesmo campo criticado pelos seus pares, especialmente Adorno e Horkheimer, de uma espécie de Esclarecimento. Uma vez que o próprio processo de racionalização incentivado pelo Esclarecimento nos levou ao estado decadente que se encontrava as democracias, por que continuar insistindo em uma categoria que demanda ainda mais racionalização das relações humanas? Com vistas a responder estas e outras questões, elencarei uma série de objeções feitas por comentadores.

Gostaria de começar pelas análises feitas por Michael Schudson no artigo *Was there ever a public sphere? If so, when? Reflections on american case*³⁰. O autor busca encontrar nesse artigo de que modo o modelo desenvolvido por Habermas ajuda a elucidar a formação democrática do EUA em particular. O autor começa sua análise se indagando por que deveríamos tomar uma certa esfera pública como modelo e acreditar que a esfera pública atual seria um modelo degenerado. Quando nos referimos aos bons velhos tempos seriam eles mesmo melhores tempos do que os de hoje? Seriam os cidadãos de outrora mais participativos do que os de hoje? Em outras palavras, seria a minha geração menos politizada e ativa democraticamente do que a de meus pais e avós? Schudson duvida que seja este o caso. Os principais objetivos de Schudson são: 1) Quem é legalmente apto para a atividade política e em que extensão dentre esses aptos participam de fato da vida política; e 2) até que ponto participação política perpassa o discurso racional e crítico. Esses dois pontos são cruciais para a teoria habermasiana de uma esfera pública saudável. Analisar esses dois pontos, segundo Schudson, permite entender melhor o aspecto de uma categoria normativa de uma crítica política possibilitada pelo conceito de esfera pública.

O primeiro ponto levantado de crítica é: quanto mais pessoas participando da vida política melhor é a esfera pública? Se esse for o critério, então nunca tivemos tempos melhores. Atendo-se ao caso americano Schudson escreve:

Por esse critério, na história americana o período desde 1865 é uma melhora em relação a todos os períodos anteriores, com a emancipação civil dos negros; o período da década de 1920 é melhor que qualquer período anterior com a emancipação civil das mulheres; e o período de 1965 é ainda melhor com as leis civis que fizeram com que a Décima-quinta emenda uma realidade substancial.³¹

Apesar do número de pessoas aptas a votar ter aumentado substancialmente, a porcentagem de votantes nos períodos assinalados apresentam um declínio.³² Prosseguindo com o raciocínio de Schudson é válido perguntar o que levava essas pessoas a participarem da vida política de suas cidades. Seria por livre e espontânea

³⁰ SCHUDSON, M. Was there ever a public sphere? If so, when? Reflections on american. In: Habermas and the Public Sphere. MIT press. Cambridge, Massachusetts. 4^o ed. 1996. Pg. 143 ss.

³¹ "...the period since 1865 is na improvement upon all prior periods, with the enfranchisement of Negroes; the period since 1920 is better than any prior period, with the enfranchisement of the women; and the period since 1965 is better still with the civil rights that made the Fifteenth Amendment a substantial reality". Id. Pg 147. Tradução minha.

NA: A décima-quinta emenda da constituição dos EUA mencionada reza que nenhum governo federal ou estado pode negar ao cidadão o direito de votar baseado na cor, raça ou condições de servidão prévia do cidadão.

³² Cf. *ibid.* pg 148-150.

vontade ou por sanção para quem não comparecesse aos encontros? Aqui acredito ser possível estender essa análise para nossa realidade brasileira. Quantos de nós vota pelo livre desejo de participar de uma decisão democrática ou são coagidos pela lei do voto obrigatório que inclusive penaliza quem não comparece? Quantos de nós discute política de modo substancial e busca compreender como se operam as instituições e dispositivos democráticos de nosso país? O que pensamos do horário eleitoral obrigatório em época de eleição? Esse tipo de questionamento já aponta para a resposta que Schudson dará ao caso americano. Ter a possibilidade de participar da vida política de um estado não implica em participação efetiva, nem em qualidade dos dirigentes, nem em desejo de manter uma esfera pública robusta e saudável.

Schudson argumenta em duas frentes. Primeiro, sobre as habilidades que o cidadão médio possui para uma participação efetiva na política; e segundo, sobre os meios exteriores que garantem um processo político legítimo.

Quanto aos cidadãos é coerente indagar sobre as aptidões literárias do cidadão médio. O passado não tão distante dos EUA não é tão diferente do Brasil do mesmo período. No século XIX poucos eram aqueles que sabiam ler e menos ainda aqueles que possuíam livros em suas casas; quando tinham a maior probabilidade era que fosse a Bíblia ou um livro sobre sermões. Desta forma, o pouco de material produzido para leitura era direcionado à uma pequena elite leitora. Que nostalgia, então, existe em um passado em que pouquíssimas pessoas tinham acesso à educação, à livros e à participação política?

Quanto aos recursos externos de participação política, Schudson se debruça sobre três: a imprensa, os partidos e os procedimentos eleitorais. Como foi dito, a imprensa tem papel central no discurso habermasiano e foi ela um dos pilares que possibilitaram o surgimento de uma esfera pública burguesa que racionalizava o poder do estado. Schudson faz uma interessante dicotomia entre o *poder de informar* e o *poder de passar a mensagem*. Esses dois modelos de se fazer imprensa possuem consequências quanto a estratégia que o jornal segue. Segundo Schudson:

Nos termos de James Carey, houve uma mudança do modelo de 'conversação' para o modelo de 'informação' da imprensa (...) Ele evita publicar o que Lamert chama de 'informações mobilizadores'. Isto é, ela (a imprensa) informará que haverá uma manifestação política, mas não irá anunciar isso no dia anterior nem proverá um número ou outras informações sobre como chegar aos organizadores. Quando há uma celebração ou manifestação que une a comunidade (a comemoração do 4 de julho), por

outro lado, as 'informações mobilizantes' estarão à mão, com rotas para chegar ao local de manifestação e assistir aos fogos de artifício (...) o modelo comercial de jornalismo que domina o discurso comum público hoje (...) busca um mercado, não uma associação ou comunidade.³³

De modo algum devemos nos deixar levar pela visão romântica de um retorno à imprensa do modelo de conversação que repassava a informação sem a informar. O começo da imprensa evitava qualquer polêmica, até mesmo notícias vindas da Inglaterra ou outras colônias eram mais bem vistas por não se tratar do local de produção do jornal. Schudson afirma com base em estudos historiográficos que os primórdios da imprensa evitava o discurso político e tratava mais de coisas da vida comum e dificilmente criava arenas para o discurso político, como Habermas de algum modo desenha em *Mudança estrutural da esfera pública*.

Quanto aos partidos, Schudson argumenta que eles possuem um valioso papel na discussão pública de definir pautas, mobilizar pessoas em torno de uma causa e que sem eles haveria apenas um amálgama de opiniões distorcidas e vagas. Partidos, portanto, ajudaram a criar unidade e direcionamento para as forças populares em direção aos seus desejos. Eles não distorcem opiniões, mas fazem as opiniões vagas das pessoas se tornarem algo realizável através da mobilização. Entretanto não podemos idealizar os partidos, pois eles não levam necessariamente a uma discussão formal e racional e um voto bem embasado. É mais fácil encontrar evidências de participação em um evento do que se houvessem discussões sérias a respeito de algo. Schudson comenta:

Gienapp nota uma popularidade disseminada de músicas de campanha cujo propósito era 'prover entretenimento e gerar entusiasmo enquanto satirizava a oposição'. Churrascos políticos eram populares nos estados à oeste, e a política provia conforto para o isolamento social. Seria isso uma boa educação política?³⁴

³³ "In the terms of James Carey, there has been a shift from 'conversation' model to the 'information' model of the press (...). It avoids publishing what Lamert calls "mobilizing information'. That is, it will report about political demonstration but it will not announce it the day before and provide the number or other information on how to reach the organizers. Where there is a celebration or demonstration that unites the community (the Fourth of July parade), in contrast,, "mobilizing information' is ready at hand, with parade routes and locations for watching fireworks. (...) the commercial model of journalism that dominates general, public discourses today (...) seeks a market, not a association or community." SCHUDSON, M. Was there ever a public sphere? If so,when? Reflections on american. In: Habermas and the Publich Sphere. MIT press. Cambridge, Massachusetts. 4º ed. 1996. Pg. 157

³⁴ "Gineapp notes the widespread popularity of campaign songs whose purpose was to 'provide entertainment and generate enthusiasm while lampooning the opposition'. Political barbecues were popular in Western states, and politics provided relief from social isolation. Was it good political

Além disso em debates políticos podemos cair nos mesmos argumentos acerca da qualidade do cidadão, isto é, quem assiste a um debate vai para medir os melhores os argumentos ou para se posicionar à favor do seu candidato. Isso tudo sem nos estendermos acerca da oratória dos candidatos que conseguem comover multidões. Nem sempre o melhor orador é o melhor político.

Quanto aos processos eleitorais podemos argumentar sobre como o processo de angariar pessoas em prol de uma ideologia e até como se dá o processo de votação e contagem de votos. Schudson se pergunta se as mobilizações ao redor de um candidato ou partido envolvem discussões públicas e racionais ou eventos sociais. Segundo os historiadores consultados por Schudson, no começo do século XX houve uma mudança dos procedimentos partidários de informar os eleitores através de panfletos para a criação de espetáculos que tomaram o lugar da educação política.

No estilo espetacular de política, organizações políticas locais criaram clubes especiais, grupos de marcha, organizações cívicas que participavam de manifestações, demonstrações, piqueniques, e outras formas de entretenimento político ao ar livre. Essas formas eram de vasta participação, mais do que qualquer outra forma de política americana antes ou até então, mas isso não significava que elas eram uma participação política.³⁵

Muitas vezes esse tipo de organização promovida por elites locais reforçavam o ideário de que essas mesmas elites possuíam a legitimidade de exercer o poder.

O que podemos concluir do artigo de Schudson apresentado aqui é que apesar do autor entender que o conceito de esfera pública concebido por Habermas ser indispensável para a racionalização do processo democrático e ferramenta para sua transformação, não podemos nos deixar levar por algum sentimento de nostalgia de algum tipo de passado glorioso em que as instituições funcionavam. Schudson não fornece algum outro modelo teórico para substituir o criado por Habermas, mas antes ele deseja chamar a atenção para as idealizações que Habermas concebeu em sua

education?" SCHUDSON, M. Was there ever a public sphere? If so, when? Reflections on american. In: Habermas and the Public Sphere. MIT press. Cambridge, Massachusetts. 4^o ed. 1996. Pg. 158

³⁵ "In the spectacular style of politics, local party organizations created special clubs, marching groups, and civic organizations that engaged parades, demonstrations, picnics, and other outdoor forms of political entertainment. These forms were widely participatory, more so than any other form of American politics before or since, but this does not mean they were altogether democratically participatory." SCHUDSON, M. Was there ever a public sphere? If so, when? Reflections on american. In: Habermas and the Public Sphere. MIT press. Cambridge, Massachusetts. 4^o ed. 1996. Pg.159

obra. Isso nos leva a indagar sobre o tal *estado de degeneração da esfera pública* comentado por Habermas.

O artigo de Nancy Fraser chamado *Rethinking the public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy*³⁶, que foi publicado em 1990. Só pelo título já podemos notar que não será colocado em horizonte como uma democracia deve ser, mas será trabalhado com aquilo que encontramos nas sociedades ocidentais em que o capitalismo administrado se desenvolveu. No sentido habermasiano, que Fraser toma, esfera pública:

(A esfera pública) designa um teatro em sociedades modernas em que participação política é representada através do meio da fala. Nesse espaço em que os cidadãos podem deliberar sobre seus problemas comuns, desta forma, uma forma institucionalizada de uma arena de interações discursivas.³⁷

Institucionalizada não como sendo uma instituição estatal, mas como um modo de proceder enraizado na cultura de uma população.

Essa arena é conceitualmente distinta do Estado; é um lugar para circulação e produção de discursos que podem ser, em princípio, críticos ao Estado. A Esfera pública no sentido habermasiano é também distinto da economia de mercado oficial; não é uma arena de relações mercantis, mas de relações discursivas, um teatro para debate e deliberação, não de compra e venda.³⁸

Essa distinção é de suma importância para trabalhar a teoria da democracia. Qual a importância dessas distinções? Aonde a falta delas nos leva? Fraser nos dá alguns exemplos bem interessantes. Através de um exemplo mais próximo de como essa confusão pode prejudicar movimentos sociais como o feminismo é o uso menos preciso do que eu apresentei de uma *esfera pública*. Fraser chama a atenção para o uso de *público* para tudo aquilo que está fora da esfera doméstica ou da família. Desta forma, o uso do conceito de esfera pública conjumina três sentidos distintos: o Estado, a Economia e a arenas de discurso público. Note que essas distinções não são

³⁶ FRASER, N. Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. In CALHOUN, C. Habermas and the public sphere. MIT PRESS. Cambridge, Massachusetts. 4^{ed}. 1996. Pgs 109 - 142

³⁷ "It is the space in which citizens deliberate about their common affairs, and hence na institutionalized arena of discursive interaction" Idem. Pg. 110

³⁸ "This arena is conceptually distinct from the state; it is a site for the production and circulation of discourses that can in principle be critical to the state. The public sphere in Habermas's sense is also conceptually distinct from the official economy; it is not na arena of market relations but rather one of discursive relations, a theater for debating and deliberating rather than for buying and selling." Idem. Pg 110-111

meramente teóricas, elas têm consequências. Por exemplo, quando lutas para desprivatizar o trabalho doméstico ou do cuidado das crianças são tomadas como equivalentes de mercadorias. Nos dois casos a questão que fica oclusa é de que submeter questões de gênero à lógica do mercado ou do estado é promover a liberalização das mulheres. Contratar uma empregada para ajudar em casa e não discutir o papel de gênero estabelecido e não elimina das relações esse problema naturalizado.

Então, qual a proposta de Fraser aqui? Fraser admite que o trabalho pioneiro de Habermas em conceituar a esfera pública é inegável e indispensável, mas precisa ir além, se quiser contribuir com o desenvolvimento da teoria democrática que vivemos hoje. Partindo das bases lançadas por Habermas, Fraser irá avançar na discussão através de uma crítica revisionista e mostrar para onde qual premissa aponta.

A esfera pública burguesa ganhou força como um contrapeso ao poder absolutista no século XVIII. A ideia era tornar a sociedade consciente de como o estado funciona, por um lado, e tornar o estado consciente de como a população reagia ao seu governo, por outro. A esfera pública, portanto, é uma estrutura de mediação, uma ferramenta de racionalização do poder público. A esfera pública conota um meio para discussão racional sobre um assunto público, a discussão deveria ser aberta e acessível a todos (1), diferenças de status social deveria ser balanceado (2); os participantes deveriam deliberar como iguais, e o resultado de tal discussão deveria ser a *opinião pública* no sentido forte de um consenso a respeito do bem geral (3). Além de uma separação precisa entre aquilo que é da esfera privada e do que é da esfera pública (4). Claro que isso é um modelo ideal e o próprio autor, Habermas, concorda que nunca foi totalmente realizável. Fraser nota que dizer que *nunca foi totalmente realizável* omite muitas coisas a respeito dessa esfera pública burguesa, principalmente, a que de fato se realizou.

Primeiro - a esfera pública burguesa na França na época da revolução francesa (séc XVIII) tinha como princípio a exclusão de gênero. A França possuía os famosos *salões* que foram estigmatizados como *artificial*, *efeminado* e *aristocrático*. Logo, uma esfera pública burguesa francesa deveria ser o contrário disso, um modelo mais *austero*, *racional*, *virtuoso* e *viril*. Ou seja, deu-se origem a uma construção enviesada pelo gênero masculino como o conceito de uma esfera pública republicana que levou a exclusão formal de mulheres da vida política. Aqui eu cito uma passagem muito

interessante sobre como essa exclusão das mulheres da vida pública política possui sinais gráficos que se mantêm no português:

os princípios de tal tradição podem ser indicados através conexão etimológica entre *público* e *público*, um traço gráfico do fato de que no mundo antigo a posse de um pênis era um requerimento para se falar em público. (Um elo similar é preservado, aliás, na conexão etimológica entre *testemunho* e *testículo*).³⁹

Além disso, havia também o corte de classe. Essas esferas públicas burguesas eram locais de treinamento para essa classe ascendente tomar seus lugares de poder e criava todo um *ethos* (modo de proceder específico) que os distinguia de outros homens. E alguns outros detalhes que deixarei de lado para darmos sequência a exposição. Em poucas palavras, a crítica revisionista possui uma versão muito mais sombria da esfera pública burguesa que realmente se realizou.

Segundo Fraser, essas diversas falhas advindas no processo de idealização da esfera pública leva a diversos problemas de análise. Fraser, tenta sanar essas miopias históricas e realiza uma crítica daqueles elementos que Habermas elencou como o modelo normativo por trás da esfera pública burguesa. Em suas palavras:

a suposição de que é possível aos interlocutores em uma esfera pública deliberar como se fossem socialmente iguais, de modo que uma igualdade social não seria necessária como condição para democracia política.

a suposição de que a proliferação de uma multiplicidade de públicos é necessariamente um passo atrás, ao invés de um passo em direção, a uma melhor democracia, em que uma única, esfera pública compreensiva é sempre preferível a um nexo de múltiplos públicos.

a suposição de que o discurso em esferas públicas deveria ser restrito ao bem comum, e de que a discussão de interesses privados e problemas privados não são desejáveis.

a suposição de que uma esfera pública funcional na democracia atual requer uma separação precisa entre sociedade civil e o estado.⁴⁰

Sobre o primeiro ponto, i.e deliberar como se os integrantes fossem todos iguais, como se igualdade social não fosse mesmo necessária, uma vez que podemos

³⁹ Idem. Pg 113-114

⁴⁰ "The assumption that is possible for interlocutors in a public sphere to bracket status differentials and to deliberate as if they were socialequals; the assumption, therefore, that societal equality is not a necessary condition for political democracy.

The assumption that the proliferation of a multiplicity of competing publics is not necessarily a step away from, rather toward, greater democracy, and that a single, comprehensive public sphere is Always preferable to a nexus of multiple publics

The assumption that discourse in public spheres should be restricted to deliberation about the common good, and that the appearance of private interests and private issues is Always undesirable

The assumption that a functioning democratic public sphere requires a sharp separation between civil society and the state" Idem. Pg. 118

atuar como se fossemos iguais. Pelo que já disse, é sabido que mulheres e outras exclusões, como não proprietários, plebeus, não tinham acesso a esfera pública burguesa. Alguém poderia dizer que essas exclusões têm prazo de validade, como vemos hoje, nossa esfera pública é muito mais abrangente, então seria apenas uma questão de tempo. Mas Fraser quer ir além de discutir apenas as exclusões formais. Fraser chama a atenção para as exclusões informais. Para retomar o sob a ótica do feminismo ela cita o seguinte exemplo:

Estudos feministas documentaram uma síndrome que muitos de nós já presenciou em encontros de faculdade ou outros encontros deliberativos com os dois sexos presentes: homens tendem a interromper mulheres mais frequentemente do que mulheres interromper homens; homens também tendem a falar mais do que mulheres, tomando para si mais e mais longos turnos; intervenções femininas são mais frequentemente ignoradas ou não respondidas do que as feitas por homens.⁴¹

Concluindo que esses encontros de deliberação são mais uma máscara de dominação que transforma o *Eu* em um falso *nós*. Além de que em deliberações desse tipo, os grupos subordinados que estão lá como *se fossem iguais*, não são iguais de fato. Terão problemas para dizer o que pensam, de achar as palavras que dizem o que precisam e são encorajados a manterem o silêncio. Isso se dá por que nossa sociedade é desigual e não tem como não levar isso em consideração. Nossa esfera pública não é um espaço de zero cultura, cada participante tem sua bagagem. Então qualquer teoria que parta do princípio de equalizar os participantes sem levar em consideração o entorno social, estão fadadas a ser instrumento de dominação.

O segundo ponto sobre se seria preferível uma esfera pública que abarcasse todas as discussões ou múltiplas esferas públicas, cada uma com seu foco. Bem, no caso do Habermas, ele sempre fala em “*a esfera pública*”, no singular. Em sociedades estratificadas, como a nossa, sociedades em que a estrutura de trabalho gera grupos sociais desiguais em relação de dominância e subordinação e pensando no que foi dito logo acima, podemos concluir que Fraser advoga em prol de múltiplas esferas públicas pelos mesmos motivos de estas promoverem uma maior participação nas discussões do que colocar grupos dominantes e dominados na mesma roda e fingir que são todos iguais. Múltiplas esferas públicas favorecem os grupos a acharem sua

⁴¹ “Feminist research has documented a syndrome that many of us have observed in faculty meetings and other mixed-sex deliberative bodies: men tend to interrupt women more than women interrupt men; men also tend to speak more than women, taking more and longer turns; and women’s interventions are more often ignored or not responded to than men’s.”. Idem. Pg 119

própria voz e discutir entre os seus pares verdadeiros sobre seus problemas, fornecendo uma articulação social melhor. Fraser chama essas esferas públicas de *subaltern counterpublics*⁴² para sinalizar que eles são arenas discursivas paralelas em que seus membros articulam discursos que vão contra discursos dominantes, que, portanto, expressam melhor sua identidade, interesses e necessidades. Para dar outro exemplo do que Fraser está falando, segue:

Talvez, o exemplo que mais salta aos olhos é da *subaltern counterpublic* feminista do EUA do final do século 20, com seu conjunto de vários jornais, livrarias, editoras, redes de vídeo e filmagem, palestras, centros de pesquisa, programas acadêmicos, conferências, convenções, festivais e locais de encontros. Nessa esfera pública feminista, mulheres inventaram novos termos para descrever a sua realidade social, incluindo *sexismo*, *jornada dupla*, *abuso sexual*, o estupro pelo marido, consorte ou conhecido próximo. Munidas com tal linguagem, nós remodelamos nossas necessidades e identidades, desta forma reduzindo nossa desvantagem, mesmo que não eliminando, em esferas públicas oficiais.⁴³

Quanto ao terceiro ponto - sobre esferas públicas discutirem apenas sobre o bem comum. O que conta como um assunto público e o que conta como privado? Segundo a definição inicial habermasiana, esfera pública era constituída de pessoas privadas discutindo assuntos públicos. Existem vários sentidos para público e privado. Cito:

Público, significa 1) relacionado ao Estado; 2) acessível a todos; 3) concernente a todos; e 4) pertencente ao bem comum ou de interesses compartilhados. Cada um desses corresponde um contrastante sentido de 'privado'. Em adição, há outros dois sentidos de 'privado' um pouco abaixo da superfície aqui: 5) pertencente a propriedade privada em uma economia de mercado; e 6) pertencente a intimidade doméstica ou vida pessoal, incluindo vida sexual.⁴⁴

Nesse ponto Fraser compartilha dessa dificuldade de dizer o que é público e o que não é, mas uma coisa é certa, mais complicado é dar a uma terceira pessoa o

⁴² NA: escolhi deixar o termo em inglês por falta de uma tradução mais adequada. A ideia por trás do conceito é a de esferas públicas que não participam das discussões centrais pertencente a esfera pública do mainstream e contestam e criam novas narrativas.

⁴³ "Perhaps the most striking example is the late-twentieth-century U.S. feminist subaltern counterpublic, with its variegated array of journals, bookstores, publishing companies, film and video distribution networks, lecture series, research centers, conventions, festivals, and local meeting places. In this public sphere, feminist women have invented new terms for describing social reality, including 'sexism', 'the double shift', 'sexual harassment', and 'marital, date, and acquaintance rape'. Armed with such language, we have recast our needs and identities, thereby, reducing, although not eliminating, the extent of our disadvantage in official public spheres." Idem. Pg. 123

⁴⁴ "'Publicity', for example, can mean 1) state-related; 2) accessible to everyone; 3) of concern of everyone; and 4) pertaining to a common good or shared interest. Each of these correspond to a contrasting sense of 'privacy'. In addition, there are two other senses just hovering above the surface here: 5) pertaining to private property in a market economy; and 6) pertaining to intimate domestic or personal life, including sexual life." Idem. Pg. 128

poder de decisão sobre o que é ou não é um problema público sobre o que se passa entre outras duas pessoas. Só quem vive o que vive sabe se o que se passa é algo que privado ou público. Cito:

Até pouco tempo, feministas eram uma minoria que pensava que violência doméstica contra mulheres era um assunto de interesse geral e, logo, um tópico legítimo para a discussão pública. A grande maioria das pessoas acreditava que isso era um assunto privado entre o que era assumido, como sendo um número bem pequeno de casais heterossexuais. (...) Então feministas formaram um *subaltern counterpublic* a partir do qual nós disseminamos a visão de que violência doméstica como uma característica ampla de sociedades patriarcais. Eventualmente, após uma contestação discursiva sustentada, nós fomos sucedidas em tornar isso um problema de interesse comum.⁴⁵

Não há como dizer de antemão o que é ou não assunto de interesse público, isso só pode ser decidido através de debates. Quanto aos dois últimos sentidos de *privado*, geralmente é usado pelo grupo dominante deslegitimar o pedido do subordinado, dizendo que isso é um assunto da empresa ou de que isso é da vida pessoal, retirando assim o tópico da discussão pública e perpetrando sua dominação. Se esses problemas são relegados a lugares especializados para serem tratados como *ciência empresarial*, problemas gerenciais, ou *casa especializadas em terapia social*, *desvios psicológicos*, isso retira do público em geral a pauta.

Por fim, o último ponto sobre a separação entre sociedade civil e estado. Sociedade civil pode significar uma associação que não é nem econômica nem administrativa. Uma associação de pessoas privadas reunidas em público. Isso gera o que Fraser chama de *weak publics* (públicos fracos), pois não possuem poder de fazer, apenas poder discursivo de formar opiniões. Com o surgimento do parlamentarismo, a coisa muda um pouco de figura. Fraser chama de *strong publics*, esferas públicas, que o parlamentarismo não deixa de produzir, com poder de fazer coisas e de formar opiniões. Desta forma a distinção entre Estado e sociedade civil é borrada. Isso é um problema? Não necessariamente, para Fraser. Como *strong* e *weak publics* se comunicam? Bem, aí é outra história, mas há essa comunicação, não é à toa que vivemos ouvindo de que a legitimidade vem das ruas, vem dos movimentos

⁴⁵ “Until quite recently, feminist were in the minority in thinking that domestic violence against women was a matter of common concern and thus a legitimate topic of public discourse. The great majority of people considered this issue to be a private matter between what was assumed to be a fairly small number of heterosexual couples (and perhaps the social and legal professionals who were supposed to deal with them). Then feminists formed a subaltern counterpublic from which we disseminated a view of domestic violence as a widespread systemic feature of male-dominated societies. Eventually, after sustained discursive contestation, we succeeded in making it a common concern.” Idem. Pg. 129

organizados, eles dão força e pressionam outras esferas públicas, inclusive aquelas que tem poder de fazer leis. Para finalizar, cito:

qualquer concepção de esfera pública que requer uma divisão aguda entre sociedade civil e Estado não conseguirá imaginar formas de auto-gestão, coordenação *entre-publicos*, e percepção política que são essenciais para uma sociedade igualitária e democrática.⁴⁶

Com isso em mente, Fraser termina seu artigo contestando a ideia de esfera pública desenvolvida por Habermas, apesar de reconhecer ali o potencial para o desenvolvimento de uma teoria social mais adequada para a compreensão das sociedades do capitalismo tardio. Posteriormente, Habermas irá alterar sua concepção de esfera pública e incorporar vários aspectos da análise de Fraser, especialmente no que concerne às múltiplas esferas públicas conceituados em *strong* e *weak publics* e a dinâmica que perpassa pelo tecido social e as instituições envolvendo esses conceitos.

CAPÍTULO IV: Legitimação e Ideologia e suas funções sociais

4.1 Técnica e ciência como ideologia: legitimação como fio condutor.

Com a falta de perspectivas melhores no final da sua obra de 1963, Habermas decide tentar ampliar a complexidade conceitual de suas análises na tentativa de encontrar nuances não exploradas ou remediar miopias conceituais que estão se passando por verdades totais enquanto são apenas aspectos dos objetos analisados. Dito isso, a obra a ser analisada a seguir mergulha no que se tornou o fazer político em sociedades democráticas de massa próprias do século XX ocidentais. A decadência do modelo ideal de esfera pública burguesa em um tipo de mercadoria perpassada de ideologias e incapaz de ser um porta-voz legítimo e confiável dos anseios de uma sociedade não é mais do que um dos motivos que nos levam a viver em democracias trôpegas. O fato é que a própria instituição política democrática no seu funcionamento interno com eleições, votações, nomeações, decisões de planos

⁴⁶ “(...)any conception of the public sphere that requires a sharp distinction between (associational) civil society and the state will be unable to imagine the forms of self-management, interpublic coordination, and political accountability that are essential to a democratic and egalitarian society.” Idem. Pg. 136

de ação etc deixou de ser algo político, na acepção de algo a ser discutido pelos representantes do povo, como expressão da vontade geral, e de dar respostas aos anseios de uma população, para se tornar um cálculo técnico, uma administração da política. Por mais que pareça que esse mergulho nas complexidades teóricas que envolvem o sistema democrático seja um enredar-se ainda maior em uma clausura, em uma impossibilidade de ser livre nessa sociedade que está dada, Habermas encontra na trama do conceito de racionalidade, que subjaz a todo esse processo de tecnificação das interações humanas e com o meio que a circunda, um *fio de Ariadne*.

O texto *Técnica e ciência como ideologia* de 1968 tem como objetivo escrutinar o conceito de racionalização trabalhado por Max Weber e o expandir na tentativa de criar um quadro mais compreensivo daquilo que foi chamado de racionalização crescente da ação social. Na ocasião de uma homenagem a Marcuse, Habermas inicia sua abordagem aproveitando-se da crítica do próprio Marcuse ao conceito de racionalidade weberiano. Weber extrai seu conceito de racionalização de sua análise do empresário capitalista, do trabalhador industrial e do funcionário público. A racionalidade com respeito a fins se refere apenas à escolha correta de estratégias, do emprego de tecnologias e instauração de sistemas. Marcuse foi aquele que chamou a atenção para o caráter de dominação oculta subjacente ao conceito weberiano de racionalização, porque o emprego da racionalização, como descrita acima, se não exclui, utiliza o contexto político como parte do cálculo racional e os interesses sociais que perpassam as tomadas de decisões pretensamente racionais e descoladas de seu meio. O cerne desta crítica diz que o conceito de racionalização oculta em si mesmo o motivo de sua manutenção através de uma dominação técnica. Isso significa que a racionalização da sociedade se legitima através dos ganhos tecnológicos e científicos que tornam a vida mais confortável, porém mantém uma estrutura sistêmica que encarcera e impede essa mesma sociedade de perceber que está enclausurada por um tipo de racionalidade totalitária e justificadora de uma dominação política⁴⁷.

⁴⁷ "O método científico, que conduziu a uma dominação cada vez mais eficiente da natureza, passa também a fornecer tanto os conceitos puros como os instrumentos para a dominação cada vez mais eficiente dos homens sobre os homens por meio da dominação da natureza [...] Hoje se perpetua e se amplia a dominação não apenas através da tecnologia, mas como tecnologia." HABERMAS, J. *Técnica e Ciência como ideologia*. Editora Unesp. São Paulo. 2014. Pg 80

É claro que aqui não está sendo negado o caráter positivo da técnica e da ciência ao criar meios que melhorem de alguma forma a qualidade de vida das pessoas, ou a efetividade da produção. O que está sendo denunciado é o duplo caráter, como força produtiva e ideologia. A racionalidade técnica que Habermas chama de instrumental e que já havia sido teorizada por Weber é a racionalidade que lida com meios e fins, com escolhas entre alternativas e organização dos meios para esses fins eleitos. Essa racionalidade também não está sendo negada ou taxada como um tipo ruim de racionalidade. Nós precisamos dessa racionalidade instrumental para escolhas básicas no nosso dia-a-dia. O que Habermas se propõe então é reformular esse conceito de racionalidade, seguindo a crítica de Marcuse, em outro quadro teórico e tentar entender como esse conceito funciona dentro de uma teoria politico-social, como por exemplo, a criação de legitimidade através do uso técnico de controle de mídia em sociedades de massa.

A chave de leitura que Habermas utiliza para adentrar mais afundo nos tipos de racionalidade que usamos é a diferença entre *trabalho* e *interação*. Nas palavras de Habermas:

Por “trabalho” ou ação racional com respeito a fins eu entendo a ação instrumental ou a escolha racional, ou ainda uma combinação entre ambas. A ação instrumental é regida por regras técnicas baseadas em conhecimentos empíricos. Elas implicam, em cada caso, prognósticos provisórios sobre acontecimentos observáveis, sejam eles físicos ou sociais, os quais podem ser comprovados verdadeiros ou falsos. O comportamento de escolha racional, por sua vez, é regido por estratégias baseadas em conhecimentos analíticos. As estratégias são deduzidas com base em regras de preferências (sistema de valores) e máximas gerais – cujos enunciados podem ser deduzidos de modo correto ou falso. A ação racional com respeito a fins desenvolve objetivos definidos sob condições dadas; mas enquanto a ação instrumental organiza meios que se mostram adequados ou inadequados segundo critérios de um controle eficiente da realidade, a ação estratégica depende apenas da avaliação correta entra possíveis alternativas de comportamento, que somente pode ser obtida através de uma dedução feita com o auxílio de valores e máximas.

Por *ação comunicativa* eu entendo, por outro lado, uma interação simbolicamente mediada. Ela se orienta por normas obrigatoriamente válidas, as quais definem expectativas recíprocas de comportamento e devem ser compreendidas e reconhecidas por pelo menos dois sujeitos agentes. As normas sociais são reforçadas por meio de sanções. Seu sentido se objetiva na comunicação linguística cotidiana. Enquanto a validade de regras técnicas e estratégias depende da validade de seus enunciados nos termos da verdade empírica ou da correção analítica, a validade de normas sociais apenas pode ser fundada na intersubjetividade de um entendimento acerca das intenções e assegurada por meio do reconhecimento geral das obrigações.⁴⁸

⁴⁸ Ibid. Pg 90-91

Habermas acredita que com esta distinção proposta entre trabalho e interação o conceito weberiano de racionalização poderá ser reformulado e utilizado para melhor compreensão do seu tempo.⁴⁹ Como essas categorias ajudam a esclarecer a racionalização social? Como elas se comunicam com o restante da teoria social habermasiana? Para isso é necessária uma pequena retrospectiva.

Para explicar como trabalho e interação começam a, de certa forma, ocupar o lugar um do outro, Habermas recorda o conceito de sociedade tradicional. Uma sociedade tradicional é caracterizada por: 1) existência de um poder de dominação centralizado; 2) da divisão da sociedade em classes socioeconômicas; 3) possuir alguma visão central de mundo (mito, religião) que cumpre uma legitimação eficiente da dominação. Dentro de uma sociedade tradicional a produção de bens se encontra dentro dos limites da legitimação garantida por essas visões de mundo cosmológicas, dentro de uma tradição cultural. O fator da legitimidade de uma sociedade estar pautada numa tradição cultural definida é o que principalmente garante, para Habermas, seu caráter de sociedade tradicional. Tanto o agir estratégico quanto o agir comunicativo estão presentes dentro da sociedade tradicional, porém eles são pautados por essa mesma sociedade, estão vinculados por um pano de fundo simbólico comum. Com a ascensão do capitalismo como princípio norteador da

⁴⁹ Para uma melhor compreensão dos âmbitos de ação relativas à *trabalho e interação* segue o quadro abaixo localizado em Ibid. Pg 92:

	Quadro institucional: interações simbolicamente mediadas	Sistema de ação racional com respeito a fins (ações instrumentais ou estratégicas)
Regras orientadoras de ação	Normas sociais	Regras técnicas
Níveis de definição	Linguagem cotidiana intersubjetivamente partilhada	Linguagem independente de contexto
Tipos de definição	Expectativas recíprocas de comportamento	Prognósticos e imperativos condicionais
Mecanismos de aquisição	Internalização dos papéis	Aprendizagem de habilidades e qualificações
Função do tipo de ação considerada	Manutenção de instituições (conformidade às normas com base em seu fortalecimento recíproco)	Solução de problemas (alcance de objetivos definidos em relações meios-fins)
Sanções no caso de infração das regras	Punição com base em sanções convencionais: falha perante a autoridade	Ineficácia: falha perante a realidade
Racionalização	Emancipação, individuação: expansão da comunicação livre de dominação	Aumento das forças produtivas: expansão do poder de disposição técnica

economia, um mecanismo que funciona a partir do aumento de produtividade e do trabalho é o momento em que o Estado tradicional começa a mexer em suas instituições, pois a busca de estratégias e tecnologias é algo que o sistema econômico capitalista busca naturalmente como forma de ampliação de suas potencialidades. Começa aqui o desacoplamento do sistema econômico do restante da visão de mundo tradicional, pautada por uma legitimidade culturalmente dada. Entretanto o principal fator que o capitalismo fornece à sociedade tradicional, e que instaura a crise entre valores tradicionais e modernizantes, é a possibilidade de uma legitimação independente de uma visão cosmológica. É nesse ponto que a ideologia burguesa da troca justa denunciada por Marx possui função especialmente determinante na transição de valores sociais⁵⁰.

Portanto, dentro do quadro institucional burguês moderno, a legitimidade pode se ligar ao sistema do trabalho fora de visão cosmológica tradicional e ser orientada pela racionalidade capitalista que possui dois fatores norteadores que são a ampliação constante de subsistemas de ação estratégica e a criação de legitimidade econômica que possibilita alterações dentro do sistema político de acordo com as exigências desses subsistemas. Seguindo o pensamento de Habermas, essa mudança é o que Weber chama de *racionalização*. Dentro desse contexto que a sociedade tradicional entra em declínio.

Esse processo de racionalização weberiano possui duas direções. A racionalização feita *de baixo para cima* é descrita como uma constante pressão para a adaptação dos recursos materiais e simbólicos tradicionais para os modernos, uma vez que o novo sistema de produção se instaura. Essa pressão para a modernização do processos de produção e de relação entre o trabalhador e o dono dos meios de produção gera uma infraestrutura social sob a qual a sociedade capitalista se estabelecerá. Quanto à racionalização feita *de cima para baixo*, corresponde a uma mudança nos processos de legitimação da dominação que eram proporcionados pela tradição, que passa a ser um ponto facultativo de aceitação, enquanto que se impõem novos critérios de legitimação baseados na racionalidade com respeito a fins. Ao

⁵⁰ " Com a categoria de reciprocidade, essa ideologia burguesa também transforma a ação comunicativa em base de legitimidade. Mas o princípio de reciprocidade é agora o princípio organizatório dos processos mesmos de produção e reprodução. Por isso, a dominação política pode a partir de então ser legitimada "de baixo para cima", ao invés de legitimar-se "de cima para baixo" evocando os recursos da tradição cultural." Ibid. Pg. 98

mesmo tempo que esse processo de racionalização se fortalece, as figuras simbólicas sofrem abalos. Weber chama esse processo de *secularização*⁵¹

Como as relações de produção são mediadas pelo Estado e uma crítica social não poderia mais se basear exclusivamente como crítica da economia, por que economia e política não estão mais desvinculados, então, faz-se necessário uma nova forma de legitimação do poder político, uma vez que a antiga forma de legitimação - troca justa - fora desmascarada. As crises sistêmicas de superprodução⁵² passaram a ser mediados pela estrutura estatal, pois, afinal, suas consequências refletem em todo tecido social. Dentro desse novo quadro de relações entre a economia e Estado, uma teoria tem que lançar mão de uma nova constelação conceitual, diferente daquela utilizada por Marx, pois suas denúncias, ainda que relevantes, estavam intrinsecamente ligadas à forma liberal de capitalismo que não mais existe. Uma volta aos valores pré-burgueses também não é uma opção uma vez que a estrutura tradicional foi desmantelada pela ascensão do modelo capitalista. A saída foi então um programa compensatório.

Esse programa combina o momento de ideologia burguesa do desempenho (que desloca a atribuição de status, segundo o desempenho individual, do mercado ao sistema escolar) com a garantia de um bem-estar mínimo, de segurança nos postos de trabalho e de estabilidade da renda. Ele obriga o sistema de dominação a manter as condições de estabilidade que tanto garantem a segurança social e as chances de ascensão individual, quanto previnem os riscos gerais do crescimento econômico.⁵³

A partir desse ponto podemos começar a entender como a técnica e a ciência começam a fazer seu papel de ideologia para uma dominação política. Segundo Habermas, dentro dessa nova constelação, a política passa a se orientar pela

⁵¹ "As imagens de mundo e as objetivações tradicionais perdem 1. seu poder de validade como mito, como religião pública, como ritual tradicional, como metafísica justificadora e como tradição incontestável. Ao invés disso, elas se transformam em 2. credos e éticas subjetivas, as quais asseguram a obrigatoriedade privada das modernas orientações de valores ("ética protestante"); são reelaboradas como 3. construções que permitem ao mesmo tempo uma crítica à tradição e uma reorganização dos materiais dela liberados segundo princípios do direito formal e da troca de equivalentes (direito natural racional). A legitimidade fragilizada da tradição é substituída por novas formas de legitimação, as quais, por um lado, resultam da crítica ao dogmatismo das interpretações tradicionais do mundo e reivindicam um caráter científico e, por outro lado, cumprem funções de legitimação subtraindo relações fáticas de poder de análise e da consciência pública." Ibid. Pg 100

⁵² A respeito das crises de superprodução analisada por Marx em *O Capital* de 1867 podemos dizer que ela se refere a um problema estrutural do procedimento de reprodução do capital. O capital busca sempre se reproduzir através do lucro. Para aumentar o lucro ou se aumenta a produção ou diminui os salários dos trabalhadores. Se aumenta a produtividade e os salários permanecem o mesmo ou diminuem, então haverá uma grande quantidade de produtos que não serão vendidos por falta de consumidores. Desta forma o capital entra em um ciclo vicioso. Cf. O MARX. K. O Capital. Coleção Os Economistas. Nova Cultural. São Paulo - SP. 1986 - Livro III Capítulo XV.

⁵³ Ibid. Pg 105

resolução de problemas técnicos dentro dessa estrutural de compensação e estabilização entre relações sociais e economia⁵⁴. Desta forma sua preocupação passa a ser cada vez menos prática e mais técnica. Mas como legitimar essa prática estatal de compensação, de se retirar da discussão política mesma perante a população? Através de uma despolitização das massas populares. E como justificar essa despolitização? Habermas responde: "por meio de uma nova função da ciência e da técnica, que passam a assumir *também* o papel de ideologia."⁵⁵

Como marca da nova fase do capitalismo tardio⁵⁶ é a *cientifização* da técnica. Ciência e técnica não estiveram sempre vinculados. Sob a pressão do capitalismo que busca novas formas de produção e eficiência, o desenvolvimento técnico foi acoplado ao desenvolvimento científico gerando grande desenvolvimento e mais um modo de gerar valor que não diretamente através do *trabalho*, categoria da teoria de valor marxiana. É nesse momento que voltamos às categorias *trabalho* e *interação*. Enquanto em uma sociedade tradicional o trabalho era associado a uma visão cosmológica, a dissociação promovida pelas sociedades em processo de modernização também desacoplou a categoria do trabalho de uma visão social do trabalho. Dentro do quadro do capitalismo tardio em que a técnica e ciência se institucionalizam como forças produtivas, também a dualidade entre *trabalho* e *interação* se distanciou mais e mais da consciência dos homens. A tese da tecnocracia⁵⁷ conseguiu penetrar na base ideológica da massa populacional e,

⁵⁴ Sobre isso, Habermas comenta sobre seu tempo, mas que acredito ser ainda válido: "O velho estilo de política, pela simples forma de legitimação da dominação, era obrigado a se definir em função de objetivos práticos: as interpretações da 'vida boa' eram orientadas pelos contextos de interação. isso ainda é válido para a ideologia da sociedade burguesa. A ordem de compensação hoje dominante, ao contrário, relaciona-se tão somente com o funcionamento de um sistema autodirigido." Ibid. Pg 106

⁵⁵ Ibid. Pg 107

⁵⁶ O capitalismo tardio é nomeado de diversos modos. Sobre o conceito de capitalismo tardio, cito: "A expressão 'capitalismo organizado ou regulado pelo Estado' refere-se a duas espécies de fenômeno, ambas as quais podem ser atribuídas ao avançado estágio do processo de acumulação. Refere-se, por um lado, aos processos de concentração econômica - o surgimento de empresas nacionais e em seguida multinacionais e a organização dos mercados para bens, capitais e trabalho. Por outro lado, refere-se ao fato que o Estado intervém no mercado quando cresce um hiato funcional. A extensão de estrutura oligopolística de mercado certamente significa o fim do capitalismo competitivo. Contudo, muitas companhias expandem suas perspectivas temporais e de controle sobre os seus ambientes, permanecendo o mecanismo de condução atuante enquanto as decisões de investimento são efetuadas de acordo com critérios de lucras da companhia. Similarmente, a suplementação e parcial substituição do mecanismo de mercado pela intervenção estatal marca o fim do capitalismo liberal." HABERMAS, J. A crise de legitimação do capitalismo tardio. Biblioteca Tempo Universitário. Tempo brasileiro - RJ. 2002. P. 47-48

⁵⁷ "Certamente, interesses sociais determinam como sempre a direção, as funções e a intensidade do progresso científico. No entanto, esses interesses definem agora de tal modo o sistema como um todo, que acabam por coincidir com o interesse pela manutenção do sistema. A forma privada de valorização do capital e o critério de distribuição de compensações sociais, para garantir a lealdade das massas,

portanto, passou a fornecer uma força legitimadora para sua reprodução. O que é peculiar à ideologia tecnocrata é a desvinculação da autorreferência das pessoas aos sistemas simbólicos e os substitui por um modelo científico. Desta forma, o referencial humano passa a se autorreificar dentro de um sistema mediado pela racionalidade estratégica. Esse tipo de ideologia que de alguma forma busca uma visão de homem-máquina não se realizou em parte alguma, mas ela serve como um horizonte para políticas que se propõem solucionar problemas técnicos da sociedade. Indo ao encontro daquela visão de retirada do elemento político da política e lidar do sistema administrativo como uma máquina que deve ser apenas ajustada. A força mais corrosiva da ideologia tecnocrática, é que ela não aparece como uma forma de dominação, mas por seus benefícios que provêm do avanço tecnológico, e por ser assim oculta, acaba desaparecendo da consciência dos homens.

Sob essa ótica, portanto, o quadro institucional de uma sociedade vai se degradando em esferas da vida que não se comunicam uma com as outras dando origem a que Habermas chamará na *Teoria do agir comunicativo*⁵⁸ de colonização sistêmica do mundo da vida, que será trabalhado mais adiante. A título de esclarecimento, porém, a utilização da lógica do *trabalho*, ou ação racional com respeito a fins, em contextos que tradicionalmente são regidos pela lógica da *interação*, ou ação comunicativa, retira do homem sua base prática tradicional e fornece uma outra possibilidade de legitimação de ações que o transforma e aqueles que o cerca em objetos que servirão de meios para outros fins. A substituição de uma base de legitimação tradicional por outra que apenas enxerga as relações instrumentais pode gerar, por exemplo, a anomia, ou a falta de crença em algum objetivo, propósito e identidade. Com isso uma série de problemas são desencadeados. Como criar legitimidade dentro de um quadro conceitual assim diagnosticado?

são mantidos como tais fora da discussão. Desse modo, embora ainda dependa da variável mais importante do sistema, a saber, o crescimento econômico, o progresso quase autônomo da ciência e da técnica aparece como variável independente. E assim se configura uma perspectiva seguindo a qual a evolução do sistema social parece ser determinada pela lógica do progresso técnico e científico. A legalidade imanente desse progresso parece produzir uma pressão objetiva que tem de ser obedecida por uma política orientada à satisfação de necessidades funcionais. Quando, no entanto, essa aparência se impõe de modo efetivo, a recomendação propagandística sobre o papel da técnica e da ciência pode esclarecer e legitimar por que o processo de formação democrática da vontade perdeu nas sociedades modernas sua função perante questões práticas e 'deve' ser substituído por decisões plebiscitárias acerca da composição pessoal do conjunto de administradores." Ibid. Pg 109

⁵⁸ Op. Cit.

As sociedades industriais avançadas parecem se aproximar de um modelo de controle do comportamento conduzido mais por estímulos externos que por normas. Essa condução indireta por meio de estímulos sociais cresce sobretudo no âmbito da aparente liberdade subjetiva (como o comportamento eleitoral, de consumo e tempo livre). O perfil psicossocial da época é caracterizado menos por uma personalidade autoritária que por uma desestruturação do superego. Esse crescimento do comportamento adaptativo é apenas o reverso de uma dissolução da esfera da interação linguisticamente mediada sob a pressão da estrutura de ação racional com respeito a fins. A isso corresponde, subjetivamente, que a diferença entre ação racional com respeito a fins e a interação desapareça não apenas do conhecimento científico, mas da consciência dos próprios homens. A força ideológica da consciência tecnocrática é garantida pela ocultação dessa diferença.⁵⁹

Neste momento desenvolverei os motivos que levam o diagnóstico de época de Habermas a se distanciar daquele de Marx e, conseqüentemente, a necessidade de novas formulações para dar conta da nova realidade que se descortina. A ideologia tecnocrática é diferente da antiga ideologia burguesa que fora desmascarada e tornada insustentável. Além disso, a categoria da luta de classes da teoria marxista não pode mais ser aplicada indistintamente em uma sociedade de massas como a que passou a ser no decorrer do século XX. Se no final da obra *Mudança estrutural da esfera pública*⁶⁰ Habermas busca uma explicação mais histórica dos motivos que levam às deficiências conceituais e procedimentais para sustentar uma esfera pública política saudável, em *Técnica e Ciência como ideologia*⁶¹ ele procura expandir suas pesquisas para o campo da sociologia. As grandes teses de Marx ao analisar o desenvolvimento do capitalismo referentes ao fim desse modelo previam o capitalismo se autoconsumiria nas instabilidades geradas por suas crises cíclicas de superprodução e/ou sua pressão sobre a classe dos trabalhadores seria tamanha que estes não teriam outra opção a não ser destituir esse sistema através de uma luta de classes organizada. O diagnóstico que se descortina no século XX inviabiliza parcialmente essas duas teses. Primeiro, com o surgimento de um novo modelo de administração econômica e política que coaduna os interesses dessas duas esferas sociais e dá origem ao que é chamado capitalismo de Estado. Segundo, com a mudança no papel da ideologia que de certa forma desmantela a luta de classes enquanto despolitiza seus cidadãos.

⁵⁹ Ibid. Pg 111-112

⁶⁰ Op. Cit.

⁶¹ Op. Cit

O capitalismo de Estado é a realização dos preceitos tecnocráticos que propõem a lida com a política de maneira técnica. Consequentemente, o sistema administrativo estatal cresce em burocracias e em meios de controle e supressões que asseguram a estabilidade do sistema. Por meio de políticas compensatórias o nível de atrito entre a população gerida e o poder político é mitigado. Com isso a grande massa de trabalhadores passa a ter seus conflitos e sua visão de grupo tornado latentes, uma vez que a diferenciação no tratamento dos diversos segmentos borra aquela identificação entre os trabalhadores. As análises de Marx sobre os potenciais de revolução da classe trabalhadora não se tornam falsas, mas elas necessitam de uma atualização para lidar com a mudança no sistema do trabalho que passa a existir. A ideologia tecnocrática ainda serve para ocultar a realidade, porém, diferentemente da ideologia burguesa, ela é mais palpável. O fetiche desenvolvido pelos avanços da ciência e da técnica, que de fato trazem avanços e conforto para a vida comum, não deixam de ser menos útil à despolitização das massas, à segregação da classe trabalhadora e da manutenção de um sistema político-econômico longe daquele que preza pelos interesses de uma população.

Além disso, o novo sistema ideológico tecnocrático possui o aspecto de reificação⁶² das relações humanas e do atrofiamento da socialização através de uma linguagem estruturada em um universo simbólico dado. Esse aspecto diz respeito tanto às comunicações intersubjetivas que visam o entendimento, como uma comunicação livre de dominação que deveria ser uma meta da humanidade e é parte constituinte do processo de emancipação. Esse conjunto de práticas que começam a se estabelecer criam o ambiente sociológico, e psicológico, de manutenção semiconsciente de um sistema de dominação⁶³

Alguma saída? As possibilidades nas zonas que potencialmente conteriam a possibilidade de emancipação - luta de classes e crise do capital - estão virtualmente afastadas nas sociedades capitalistas avançadas. A luta de classes foi imensamente

⁶² O conceito de reificação foi desenvolvido por Lukács em seu livro *História e Consciência de classe* de 1923. O conceito é definido como uma operação que dá valores objetos concretos à objetos abstratos. Isso gera uma série de consequências analisadas por Lukács, sendo a que mais nos interessa aqui a mediação das relações humanas por coisas na forma de mercadoria suprimindo as relações simbólicas cujo fundamento é a tradição.

⁶³ "A consciência tecnocrática faz desaparecer esse interesse prático por trás do interesse pela expansão do nosso poder de disposição técnica. A reflexão que desafia a nova ideologia tem de remontar a algo anterior a um interesse de classe historicamente determinado e revelar o complexo de interesses de uma espécie que se constitui a si mesma." Ibid. Pg 120

dificultada pela melhoria da qualidade de vida parcial do proletariado, a diferenciação entre os trabalhadores de modo que eles não se vejam mais como pertencentes à mesma classe proletária que resultou em seu enfraquecimento enquanto categoria frente aos donos de meios de produção. As crises cíclicas de superprodução e estrutural do capitalismo foram remediadas pela aliança entre o sistema político e o financeiro que passa a intervir na economia. Frente a esse novo momento da história das sociedades, Habermas, neste texto de 1968, consegue apenas identificar um potencial de emancipação no local por excelência de imunização do sistema capitalista tardio, a esfera pública. Ela continua estruturalmente desabilitada como descrito na obra de 1963, porém, somente ali poderiam surgir os discursos que podem combater a despolitização geral da sociedade. Isso levanta a questão de quais grupos poderiam carregar essa bandeira dentro dessa esfera pública e Habermas, nessa época, só consegue imaginar os estudantes como esse potencial grupo. Os estudantes, por que são normalmente instruídos e abastados, não podendo ser cooptados, ao menos essa tarefa seria dificultada, portanto, pelo sistema de compensações que cinge a classe proletária, e não estão imediatamente ligados ao mundo do trabalho como o proletariado; e, entre os ativistas estudantis, o seu modo de proceder científico não se harmoniza com os pressupostos da tecnocracia. Esse grupo, portanto, parece o mais promissor para causar qualquer tipo de impacto político dentro da esfera pública contemporânea.

Com esses novos dados, podemos observar uma tentativa por parte de Habermas de se libertar do embaraço ao final de *Mudança estrutural da esfera pública* ao trabalhar a distinção entre racionalidade com respeito a fins e a racionalidade comunicativa. Essa aumento de complexidade da racionalidade conteria o potencial para abrir espaço a uma alternativa emancipadora frente ao quadro sufocante que mostra o diagnóstico das sociedades industriais avançadas, ou, no mínimo, diminuiria a impressão de algum tipo de totalidade racional do mundo social. Apesar do cenário de dominação, Habermas sempre procura perscrutar os potenciais emancipatórios, que mesmo de difícil ocorrência, ainda é possível.⁶⁴ Portanto, Habermas aponta para essa nova característica da ideologia com a dissociação de seus critérios de justificação; ao invés de estar atrelada a princípios normativos de integração, como

⁶⁴ "A pergunta não é se esgotamos os potenciais disponíveis ou ainda por se desenvolver, mas se escolhemos aqueles que podemos querer em vista de uma existência pacífica e satisfeita." Ibid. Pg 128. Grifo nosso.

por exemplo nas sociedades tradicionais, ela se atrela a funções subordinadas ao sistema de ação racional com respeito a fins, e por isso mesmo é uma ideologia que induz a despolitização ao mesmo tempo que necessita dela como plano de fundo para sua reprodução simbólica.

Porém, a questão permanece: como revitalizar uma esfera pública que se encontra a tal ponto ressecada? Habermas tentará encontrar uma resposta para isso, ou pelo menos um desenrolar dessa trilha, na próxima obra que aqui será analisada, *A crise de legitimação no capitalismo tardio*⁶⁵, em que ele tematiza de forma detalhada os crescentes problemas de legitimação enfrentados pelos estados intervencionistas e suas tendências a crises sociais.

4.2 Legitimação e capitalismo

O livro *A crise de legitimação no capitalismo tardio* de 1973 vem se somar ao quadro teórico em que Habermas desenvolve sua teoria filosófico-social e aprofundar a sua análise munido dos conceitos trabalhados na obra *Técnica e ciência como ideologia*⁶⁶. Nesse ponto, Habermas pretende analisar as implicações da análise do capitalismo tardio dentro de uma teoria da democracia.

O principal ganho que a análise desta obra vem a oferecer no escopo de nossa pesquisa é o aprofundamento das categorias trabalhadas por Habermas, como *interação* e *trabalho*, com vistas à explicar os eventos já observados, como a despolitização fomentada por uma esfera pública dentro de um regime democrático. Ao utilizar o princípio de uma teoria dos sistemas, isto é, entender o quadro teórico de nossa sociedade como grandes sistemas que interagem entre si, e munido de sua própria teoria a respeito da esfera pública, Habermas sinaliza para uma superação de sua teoria que se encontrava titubeante para identificar os mecanismos de emancipação de sua época. Poder localizar dentre os sistemas propostos os potenciais de crise, suas causas e a que levam, pode ajudar em uma identificação mais precisa do que fazer para superar eventuais problemas como se verá a seguir.

Habermas inicia sua análise elucidando o conceito de crise através de um exemplo médico. Crise, nesse sentido, é um estado em que o paciente sofre uma

⁶⁵ HABERMAS, J. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Tempo brasileiro. Rio de Janeiro. 2002

⁶⁶ Op. Cit.

influência exterior e que o coloca em situação de impotência para lidar com tal situação. Através do exemplo da tragédia clássica, cujo conceito de crise é central, Habermas aprofunda aquele aspecto das personagens que se encontram em tal choque e conflito interno sobre como devem agir que apenas saem dessa situação se possuírem força suficiente para recobrar sua liberdade conquistando uma outra identidade. Por essa influência, crise adquiriu um tom de salvação. Em um momento de crise, superar as adversidades e tornar-se algo novo, mais forte, melhor acabado, mais evoluído é a única solução.

No contexto de uma teoria de sistema, crise passa a ter nuances mais amenas, mas que ainda guardam a aceção de mudança ou aniquilação. Crise pode ser entendida como perturbações na integração dos sistemas. Contudo, Habermas procura enfatizar o aspecto de que uma crise sistêmica que não se dá através de uma interferência externa ao seu funcionamento normal, mas aquele tipo de perturbação que é gerada dentro do próprio sistema e para a qual ele não possui solução.

As crises nos sistemas sociais não são produzidas através de mudanças acidentais no conjunto, mas através de imperativos sistêmicos inerentes estruturalmente, que são incompatíveis e não podem ser integrados hierarquicamente.⁶⁷

Enquanto perturbação da ordem social, não parece adequado nomear de crise sistêmica.⁶⁸ A crise sistêmica se dá quando os sujeitos sociais se veem tão deslocados do todo social que sua integração social é gravemente danificada ou impossibilitada, gerando uma sociedade anacrônica, entre outros problemas como violência e anomia. É importante termos claro que Habermas está lidando com duas frentes distintas e relacionadas. Quando falamos em integração social estamos nos referindo aos sistemas sociais simbolicamente estruturados e chamados normalmente de *mundo da vida* (*Lebenswelt*). Enquanto que a referência à integração sistêmica, refere-se à integração de sistemas específicos de um sistema autorregulado. Dando prosseguimento ao raciocínio iniciado na sessão anterior, a dicotomia entre *trabalho* e *interação* deságua na distinção entre *sistema* e *mundo da vida*.

Do ponto de vista de mundo vital (*Lebenswelt*), tomaremos como tema as estruturas, valores e instituições normativas de uma sociedade. Analisamos

⁶⁷ Ibid. pg. 13

⁶⁸ "Sem dúvida nem toda alteração sistêmicas num sistema social são também crises. A margem de tolerância pode variar sem pôr em perigo criticamente sua existência contínua ou sem perder sua identidade, obviamente não pode ser apreendida do ponto de vista objetivista da teoria dos sistemas" Ibid. pg. 14

acontecimentos e situações do ponto de vista da sua dependência diante de funções de integração social (...), enquanto os componentes não normativos do sistema servem como condições limitantes. Na perspectiva sistêmica, tomamos como tema mecanismo de condução da sociedade e a extensão da meta de contingência. Analisamos acontecimentos e situações do ponto de vista da sua dependência de funções de integração sistêmica (...), enquanto os valores-metas servem como dados.⁶⁹

As duas frentes são relacionadas não podendo, portanto, reduzir a análise a uma ou outra. Não podemos excluir a racionalidade instrumental, relacionada ao *trabalho*, do mundo da vida sob a pena de excluir um aspecto condutor das decisões a serem tomadas, e não podemos excluir a racionalidade comunicativa, relacionada à *interação*, sob o risco de excluir da realidade social sua pluralidade e polêmica frente à tomada de decisões.

4.3 Mudança da função de integração social através do mercado

No que tange à sociedade liberal capitalista, Habermas já havia identificado o surgimento de uma nova categoria descolada do Estado a partir da esfera privada de comerciantes em *Mudança estrutural da esfera pública*. Esta nova categoria é a sociedade civil que será reavaliada agora sob um viés mais sociológico do que histórico, como feito na obra de 1963. A emergência da sociedade civil burguesa marca uma contraposição ao poder estatal, que passa a atuar como coadjuvante na implementação na rede de trocas de mercadorias. Uma vez que o modo de comércio capitalista se torna dominante, o poder do Estado dentro do Sistema social passa a ser limitado a:

(a) a proteção do comércio burguês de acordo com o direito civil (polícia e administração da justiça); (b) para a proteção do mecanismo de mercados dos efeitos laterais auto-destrutivos (por exemplo, legislação para a proteção do trabalho); (c) a satisfação dos pré-requisitos de produção na economia como um todo (educação escolar pública, transporte e comunicação) e (d) para a adaptação do sistema de direito civil as necessidades que emergem do processo de acumulação (tributação, rede bancária e direito comercial). Cumprindo estas quatro espécies de tarefas, o Estado assegura os pré-requisitos estruturais do processo de reprodução enquanto processo capitalista.⁷⁰

O passo importante nesse momento é que apesar de já existir uma diferença no modo de integração entre sistema e sociedade tradicional, somente no momento em que a esfera econômica se desacopla do todo como uma área *sui generis* passa a fornecer um modo de legitimação fora do âmbito político-social estabelecido. Desta

⁶⁹ Ibid. pg. 16

⁷⁰ Ibid. pg. 34

forma a relação de troca fomentada por empresários e comerciantes passa a ter um modo de legitimar suas ações sem se reportar aos âmbitos políticos e sociais e pode orientar suas ações a um outro sistema.

É nesse ponto em que a ideologia burguesa ganha seu território ao oferecer a legitimação do capitalismo e do afazer burguês através do mercado e da troca entre equivalentes.

Comércio de mercado auto-regulador requer suplementação, não só através de administração racional do Estado e de direito abstrato, como também o intermédio de uma modalidade estratégica utilitária na esfera do trabalho social, o qual no domínio privado é igualmente compatível com uma ética "protestante" ou "formalista". As ideologias burguesas podem assumir uma estrutura universalista e apelar a interesses generalizáveis porque a ordem de propriedade distribuiu sua forma política e converteu-se numa relação de produção que, parece, poder legitimar-se. A instituição do mercado pode ser fundamentada na justiça inerente à troca de equivalentes; e, por esta razão, o Estado constitucional burguês encontra sua justificação nas relações legítimas de produção.⁷¹

Portanto, em uma sociedade capitalista liberal, a dominação passa a ser apolítica, ou mais através das regras do mercado e o seu modo de proceder, até certo ponto favorece uma integração sistêmica (entre o *mundo da vida e sistema*) e uma crise nesse tipo de sociedade é também sistêmica. Explico. Apesar do princípio de organização capitalista ser algo que possibilite profundas mudanças sociais, ele também pode acarretar profundas crises.

Num movimento não planejado, natural da economia, o princípio organizacional não estabelece limites ao desenvolvimento das forças produtivas. As estruturas normativas também alcançam um largo esforço para desenvolvimento, pois o novo princípio de organização permite (pela primeira vez) sistemas universalistas de valor. É sem dúvida, incompatível com a ética comunicativa que requereria não só generalidade e normas porém um consenso atingido discursivamente sobre a capacidade de generalização dos interesses prescritos normativamente. O princípio de organização dos interesses põe o potencial de conflito de oposição de classe em dimensão condutora, onde se expressa na forma de crises econômicas. Para o capitalismo liberal, são típicas a flutuação de prosperidade, crises e depressão. A oposição de interesses, que é baseada na relação de trabalho assalariado e capital, vem a luz, não diretamente em conflitos de classe e sim na interrupção do processo de acumulação, isto é, na forma de problemas de condução.⁷²

Em sociedades capitalistas liberais temos o surgimento dessa nova categoria com função de integração social através do trabalho. Sendo a sociedade capitalista

⁷¹ Ibid. pg. 36

⁷² Ibid. pg. 37

liberal integrada pelo trabalho, ela é de certa forma despolitizada, pois o mundo do trabalho e do mercado são concebidos ideologicamente como desligados da política, como mencionado há pouco. Habermas segue a análise marxista do duplo caráter da forma mercadoria:

(...)ao produzir valores de uso, processos de trabalho servem para produzir valores de troca. Ao regular a locação de força de trabalho de bens através do mecanismo monetário, os processos de troca servem à formação e auto-realização do capital. O mercado assume assim uma dupla função: de um lado, sua função enquanto mecanismo condutor num sistema de trabalho social, que é controlado por intermédio da moeda; por outro lado, institucionaliza relações de poder entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores assalariados⁷³

A relação de mercado se despolitiza justamente pela crescente dependência da manutenção da integração social através do mercado na sua forma capitalista liberal, através de sua estrutura de dependência do salário como meio de possuir aquilo necessário para a manutenção da vida, ou aqueles bens tidos como necessários. É desta forma que a integração orientada pelo poder do Estado, pouco a pouco, passa para um papel coadjuvante na integração social. Esse tipo de análise também ajuda a esclarecer como a categoria do mercado capitalista se desenvolve na forma que conhecemos hoje e desmascarar, apesar disso já ser uma denúncia de longa data, a ideologia operante por trás das relações de "trocas justas" e atrofiamento das interações comuns ao mundo da vida.

Dei atenção à análise do capitalismo liberal, pois a próxima etapa a ser analisada, i.e o capitalismo avançado, é a continuação direta deste modo de proceder capitalista que parece se adaptar contra as crises cíclicas inerentes ao processo de acumulação do capital. Habermas finaliza sua análise do capitalismo liberal se perguntando: "mudou a contradição fundamental da efetiva formação social capitalista, do mesmo modo sob as formas de aparecimento do capitalismo organizado, ou mudou a lógica da crise?"⁷⁴

4.4 Capitalismo avançado: uma resposta às crises?

A conceituação do que viria a ser a fase atual, ou pelo menos do século XX, do capitalismo é um assunto aberto a contribuições. O que os teóricos tinham certeza é de que não viviam mais o capitalismo em sua fase liberal como comentado

⁷³ Ibid. pg. 40

⁷⁴ Ibid. pg. 46

anteriormente. O termo *Spätkapitalismus* é normalmente traduzido para capitalismo tardio, mas recebe diversas nomeações dentro das obras que lidam com o assunto. Outras traduções usuais são: capitalismo de Estado, capitalismo administrado, capitalismo organizado, capitalismo avançado, entre outros nomes. Habermas concorda que pelo menos duas características são constitutivas desse capitalismo contemporâneo: concentração econômica em grandes ramos empresariais que controlam a produção e distribuição de bens através do mercado e a intervenção estatal no mercado.

A fase liberal do capitalismo, cuja constituição implica uma baixa regulamentação do mercado e dos empregos, baixa organização dos trabalhadores, falta de leis próprias para lidar com questões trabalhistas, levou o Estado a uma situação problemática. Primeiro, e principal, é a crise cíclica de superprodução e depressão capitalista que teve como expoente a *Grande Depressão* ou a crise de 1929 que levou à bancarrota empresas ao redor do mundo. Segundo, exploração do trabalhador de forma selvagem. O século XIX e o XX foi marcado por lutas de trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho e uma dessas conquistas foi a jornada de trabalho de oito horas que era facilmente superada antes disso. Terceiro, a formação de trustes empresariais ou cartéis; e consequente concentração de capital na mão de poucos grupos. Um exemplo dessa acumulação de capital é o estudo desenvolvido por Piketty que concluiu que, no período de 1933 a 2013, 1% dentre os mais ricos do Brasil concentram 27% de toda renda.⁷⁵

Frente a esse quadro de acirrada luta política, o capitalismo teve que se reinventar a fim de sobreviver. E o primeiro passo para essa mudança foi a intervenção estatal na economia que se segue até hoje. Apesar de Habermas dizer na sua obra de 1963 que mesmo no auge da era liberal apenas a Inglaterra de fato viveu a *Laissez Faire*, ou seja, os outros países de alguma forma praticavam algum tipo de intervenção, a situação de meados do século XIX e XX era outra⁷⁶. O Estado adotou a postura de um Estado capitalista, isso significa que ele seria de alguma forma o maior acionista da "empresa" que ele representa. Desta forma constatamos diversos movimentos como a criação de empresas estatais, expansão de obras de infraestrutura através dessas mesmas empresas ou pelo modelo terceirizado. Temos

⁷⁵ Cf. <http://piketty.pse.ens.fr/files/MorganMila2015.pdf> acessado em: 14/07/2017

⁷⁶ Cf 1963. P. 329

o exemplo brasileiro do "50 anos em 5" do presidente Kubitschek (1956 - 1961) de grande expansão de malha viária pelo país, criação da capital Brasília, abertura para entrada de capital estrangeiro para parcerias público-privado, investimento na siderurgia, criação de usinas hidroelétricas como a de Furnas em Minas Gerais dentre uma série de outras medidas. Controle da economia através de importação e exportação e do valor da moeda. No caso brasileiro temos o Banco Central que determina o valor dos juros, valorização e desvalorização da moeda dentre outras funções. Nesse sentido o incentivo ou não através da exportação/importação determina que tipo de produtos irão ser comercializados no país. Não através de uma proibição explícita, mas pela inviabilidade econômica deste comércio, por exemplo, quando o produto nacional possui um preço muito abaixo do que o produto semelhante estrangeiro. Determinação de que áreas serão investidos, em quais tipos de agriculturas e etc. Criação de leis trabalhistas e regulamentação do mercado, que só chegou ao Brasil com o governo Vargas em 1954. No caso brasileiro, todos os recursos produzidos pelos estados são direcionados à União que depois faz a redistribuição de acordo com a necessidade. Temos então um Estado-empresa. Respondendo à pergunta do título desta seção: não, o capitalismo avançado não parece uma resposta à crise; no limite criamos um Estado administrador de crise, uma crise perene.

4.5 Crises dentro do capitalismo avançado

Com essa breve exposição podemos dar sequência à análise desenvolvida por Habermas acerca do tema. Habermas segue o modelo que separa o capitalismo avançado em três sistemas: o sistema econômico, o sistema administrativo e o sistema de legitimação. Nesse momento de análise do capitalismo o principal objeto de estudos era a economia do EUA, que serviu de modelo para outros países adotarem as mesmas medidas que lá foram implementadas. Então as análises descritas agora levam os EUA em conta primariamente.

O sistema econômico desse modelo se divide em dois tipos de produção: a pública e a privada. A produção privada é orientada para o mercado, segue as leis do mercado e um processo de racionalização da produção, em grande medida, para

aumentar os lucros e reduzir os gastos. A produção pública é feita por empresas controladas pelo Estado ou que trabalham para ele. Sua produção geralmente está ligada a setores que independem das regras do mercado como as indústrias armamentistas.

O sistema administrativo desempenha uma série de regulações do sistema econômico que pode ser analisado sob o viés global de planejamento ou sob o viés privado, no sentido de produção interna. É o sistema administrativo que controla o fisco, o setor financeiro e seus ciclos de produção⁷⁷

Desta forma o sistema econômico funciona sob os comandos do sistema administrativo tanto no nível global de planejamento quanto no nível privado do país de produção através das inúmeras políticas de incentivo ou não de produção.

Enquanto o planejamento global manipula as condições de limite das decisões, feitas pela empresa privada a fim de corrigir o mecanismo de mercado e em relação aos efeitos disfuncionais secundários do mercado, o Estado de fato substitui o mecanismo de mercado, sempre quando crie e melhore as condições para a realização do capital: através 'do fortalecimento da capacidade competitiva da nação', ao organizar blocos econômicos supra-nacionais, assegurando-lhe estratificação internacional, por meios de imperialistas etc.; através de consumo governamental improdutivo (por exemplo, armamentos, exploração espacial) ; através da condução de acordo com a política estrutural, do fluxo do capital rumo a setores negligenciados por um mercado autônomo; através da melhoria da infra-estrutura material (transporte, educação, saúde, recreação, planejamento urbano e regional, construção imobiliária etc); através da infra-estrutura material (promoção geral das ciências, investimentos e pesquisa e desenvolvimento, estabelecimento de patentes etc); através da elevação da produtividade do trabalho humano (sistema geral de educação, escolas vocacionais, programas para treinamento e reeducação etc); através do alívio de custos sociais e materiais resultantes da produção privada (compensação de desemprego, previdência social, reparação de danos ecológicos).⁷⁸

O sistema de legitimação funciona através da criação de vínculo tanto no nível micro, interpessoal, quanto no nível macro, de vínculo entre o sistema administrativo e econômico e o sistema social. Esse processo é realizado através do processo político de formação de vontade, lutas sociais, criação de direitos, inclusive o de participação no processo político. Dentro de um sistema democrático podemos dividir esse tipo de participação em uma *democracia formal* e uma *democracia substantiva*.

⁷⁷ “Nessa extensão, o controle fiscal e financeiro e o ciclo conjuntural, bem como enquanto medidas individuais destinadas a regular investimentos e demandas em geral - créditos, garantias de preço, subsídios, empréstimos, redistribuição secundária de renda, contratos governamentais guiados pela política conjuntural, política indireta de mercado de trabalho etc”. Ibid. pg. 49

⁷⁸ Ibid. pg. 50

A democracia formal garante o direito de participação no processo político, enquanto que a substantiva se refere mais aos processos de formação de coesão social e formação de vontade política. Nesse ponto surge o primeiro ponto de ruído entre os sistemas, pois o sistema de legitimação fornece os meios para que os outros dois sistemas, administrativo e econômico, sejam questionados no seu modo de proceder. Desta forma, o sistema administrativo tem que manter uma certa distância de segurança do sistema de legitimação para poder agir de modo suficientemente independente. Como resolver esse problema? Segundo Habermas:

Isto ocorre através de um processo de legitimação que elide motivações generalizadas, isto é, difunde lealdade das massas, mas evita participação. Esta alteração estrutural que são democráticos na forma, enquanto a cidadania, no meio de uma sociedade politicamente objetiva, goza do status de cidadãos passivos, apenas com direito de embargar a aclamação.⁷⁹

Esse paradigma produz um cidadão que se acha politizado, apesar de ser constantemente afastado do meio político e uma orientação para a carreira profissional e lazer. Esse diagnóstico já fora dado na obra *Mudança estrutural da esfera pública* e se manteve. O homem é requisitado na sua função de cidadão apenas para aclamação, seja no processo de votar ou quando é instado por algum ramo político sobre alguma ação provavelmente polêmica, além de dividir a classe dos trabalhadores em faixas de consumo - o mesmo que vemos hoje ao dizer que existem classes A, B, C, D e E no Brasil - e prover lazer, carreira e consumo com a roupagem de *condição melhor de vida* como distração. Sinais de uma democracia formal e não substantiva.

A partir desse modelo temos crises que se originam a partir do exterior em sentido amplo. Crises exteriores são: crise ecológica, crise antropológica e crise internacional. O processo de crescimento econômico e expansão do capital incentiva também a uma expansão da população humana como reserva de mercado, seja para aumento da massa de consumidores, seja como mão de obra. Quando o livro foi escrito na década de 70 os problemas ambientais não eram tão notáveis ou debatidos como hoje são. Acredito ser mais fácil perceber hoje que não é possível uma política de crescimento econômico sempre em expansão em um espaço e recursos finitos. A exaustão dos recursos naturais e a saturação do sistema é um problema que já vivenciamos. A crise antropológica se dá através dos processos de interação e

⁷⁹ Ibid. pg. 51

sociabilidade que têm seu meio de reprodução deteriorados. Através dessa deterioração das condições de reprodução da vida simbólica temos uma série de crises como a de identidade, legitimidade e motivacional, o que gera problemas da ordem da interação. Por fim, a crise internacional se dá através da possibilidade real de aniquilação de um povo através das tecnologias hoje possuídas. Na década de 70 a ameaça de uma guerra nuclear era palpável, além de outros meios de controle de um Estado por outro pela via militar.

Quanto as possibilidades de crise internas a um sistema, Habermas nos fornece o seguinte quadro⁸⁰:

Tabela 2

Ponto de origem	Crise sistêmica	Crise de identidade
Sistema econômico	Crise econômica	-
Sistema político	Crise de racionalidade	Crise de legitimação
Sistema sócio-cultural	-	Crise de motivação

O processo de crise econômica pode ser analisado sob dois pontos de vista. O primeiro é se o Estado no capitalismo tardio continua tendo crises de produção como as que ocorriam no capitalismo liberal, isso indica que o processo de acumulação de capital continua do mesmo modo, porém agora dentro de um mecanismo político autorregulativo e legítimo. Apesar de alguns analistas verem na crise de 2007, ou como foi chamada de "bolha imobiliária", com consequências também globais, um sinal de que o capitalismo, mesmo avançado, seja suscetível à crises. Ou sob o viés do Estado intervencionista que não consegue compensar a tendência da queda na taxa de lucro, outro movimento natural do capitalismo durante a crise de superprodução. De acordo com a primeira perspectiva, o Estado busca a continuação da política de capital por outros meios. Segundo a outra perspectiva, o Estado é concebido como um potente capitalista coletivo que torna a acumulação do capital parte do planejamento político.

O processo de crise de racionalidade e crise de legitimação provem do mesmo sistema político, porém cada um relaciona-se com outro sistema. A crise de racionalidade se dá quando os imperativos administrativos não são bem

⁸⁰ Ibid. pg. 62

desenvolvidos ou executados de modo a realizar o capital e garantir o bom funcionamento do sistema econômico. A crise de legitimação se dá quando os imperativos administrativos geram ruídos com o sistema sócio-cultural, seja dando muita atenção ao sistema econômico, que em certa medida espolia os homens, como por exemplo aumento de carga tributária, aumento da carga de trabalho. Ou quando o sistema administrativo não consegue simplesmente manter sua base de lealdade gerando uma crise de identidade, que ocorre quando a população não consegue identificar seu modo de vida com o que é pedido pelo Estado. Nas palavras de Habermas:

Um déficit de racionalidade na administração pública significa que o aparelho do estado não pode dar certas condições de limite, conduzir adequadamente o sistema econômico. Um déficit de legitimação significa que não é possível, por meios administrativos, manter ou estabelecer estruturas normativas efetivas na extensão requerida.⁸¹

E, por fim, o processo de crise de motivação se dá quando há a erosão de tradições importantes para a existência contínua do sistema e/ou há uma sobrecarga de criação de *novas* necessidades que não podem ser satisfeitas.

Sobre essa análise dos potenciais de crise dentro de um Estado capitalista avançado Habermas conclui:

Sustento que as sociedade capitalistas avançadas, pressupondo que não tenham em conjunto superado a susceptibilidade da crise intrínseca ao capitalismo, estão em perigo pelo menos diante de uma dessas possíveis tendências de crise. É uma consequência da contradição fundamental do sistema capitalista, que, tendo outros fatores iguais, ou o sistema econômico não produz a quantidade necessária de valores de consumo, ou o sistema administrativo não produz a quantidade necessária de divisões racionais, ou o sistema de legitimação não fornece a quantidade necessária de motivações generalizadas, ou o sistema sócio-cultural não gera quantidade necessária de significado motivador de ação.⁸²

Com isso ficamos diante de um quadro em que uma crise sistêmica não deveria ser esperada dentro do capitalismo avançado, pois seu caráter administrativo, teoricamente, deveria antever e prevenir tais problemas. Isso abre brecha para pensarmos que potenciais crises, que antevistas pelo sistema administrativo, podem ser deliberadamente assumidas como uma escolha, retirando o caráter natural de certas crises. Habermas afirma que, ao menos inicialmente, o Estado capitalista avançado foi bem sucedido em suprimir as crises cíclicas decorrentes do processo de

⁸¹ Ibid. pg. 65

⁸² Ibid. pg. 67

produção e acumulação, entretanto ela pode ser falha; ou mais, o Estado pode se ver refém de uma conjuntura exterior que lhe impõe restrições que podem causar crises em todas as esferas sistêmicas, vide intervenções diretas causadas pelo Fundo Monetário Internacional durante a década de 1990 brasileira, por exemplo⁸³.

Seguindo a leitura de Pereira no artigo *Retomar a crítica interna do Capitalismo? Revisitando a análise das crises em Problemas de legitimação no capitalismo tardio de Habermas*⁸⁴, notamos o surgimento de uma teoria das crises que lida com capitalismo não como um modo de produção apenas, mas também um modo de organização social altamente complexo. O capitalismo forma um contexto social novo e com isso uma nova concepção de cidadão e política. Claramente essa aceção de teoria social capitalista instala uma série de incongruências teóricas com a ideologia de formação tradicional clássica que enxerga o capitalismo como organização de produção. Por isso o aumento de complexidade teórica gradativa de Habermas, vista até aqui, acompanha uma noção cada vez mais ampla do que afeta o todo social, principalmente quando lidamos com instituições que regem a práxis dentro de uma sociedade, como um mergulho na complexidade das interações intersubjetivas entre os homens e estes com seu meio.

O fato, entretanto, do sistema capitalista gerar crises denuncia a sua não totalidade. Todos esses ruídos manifestos nos tipos de crises (econômica, políticas e social) indicam que aqueles que estão subjugados pela lógica sistêmica, sejam indivíduos ou práticas ou instituições, buscam aliviar sua pressão interna através de pontos de tensão social. No âmbito político, por exemplo, podemos ver essa tensão quando políticos precisam ceder à pressão popular afim de se manterem com certa

⁸³ “Como lemos nos jornais, ‘os mercados’ passaram a ditar por vias sem precedentes o que o Estados supostamente soberanos e democráticos ainda podem fazer por seus cidadãos e o que devem lhes recusar (...) Desse modo, os cidadãos cada vez mais percebem seus governos não como seus agentes, mas de outros Estados ou de organizações internacionais tais como o FMI ou a União Europeia, incomensuravelmente mais isolados da pressão eleitoral do que era o tradicional Estado-nação (...) Entretanto, pleitos em que os eleitores não tenham nenhuma opção efetiva poderão ser percebidos como inautênticos, o que talvez cause toda uma sorte de desarranjos políticos, da diminuição do comparecimento às urnas e a ascensão de partidos populistas aos distúrbios nas ruas.” STREEK in: DA HORA PEREIRA, L. J. *Retomar a crítica interna do capitalismo? Revisitando uma análise das crises em Problemas de legitimação do capitalismo tardio de Habermas*. Cadernos de filosofia Alemã, nº 21. São Paulo – SP. 2013 pg 82 Disponível no endereço: <http://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/64740> Acessado em: 19/07/2017

⁸⁴ DA HORA PEREIRA, L. J. *Retomar a crítica interna do capitalismo? Revisitando uma análise das crises em Problemas de legitimação do capitalismo tardio de Habermas*. Cadernos de filosofia Alemã, nº 21. São Paulo – SP. 2013 <http://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/64740> Acessado em: 19/07/2017

avaliação positiva de sua pessoa ou quando são criados regimentos que aumentam a proteção do cidadão contra o assédio do mercado, como foi feito na época da criação dos direitos trabalhistas. No âmbito econômico, temos as práticas para evitar falências, diminuição na taxa de lucro, acordos trabalhistas etc. Práticas que vão contra a busca incessante pelo lucro, mas que evita a sua destruição. E, no âmbito social, temos as crises de motivação que levam os cidadãos a perder o sentido das práticas sociais referentes à instituição do trabalho que frequentemente entra em conflito com as noções do que seria uma boa vida, ou vida digna. Localizar todas essas potências de crise leva Habermas um pouco para longe da teoria tradicional marxista que identifica a crise econômica e o aumento das tensões sociais decorrentes da exploração do trabalhador pelo sistema capitalista como o ponto de pressão principal onde eclodiria os potenciais emancipatórios de uma dada sociedade. Com o aumento de complexidade das sociedades contemporâneas essa dimensão de crise econômica perdeu um pouco de sua força, mas surgiram outros focos de tensão por onde essas pressões emancipatórias poderiam extravasar⁸⁵. Apesar dessas noções de crise estudadas por Habermas não conceberem uma dominação total da vida e da sociedade, o diagnóstico não pode ser considerado otimista com vistas aos potenciais emancipatórios.

Com esse diagnóstico também temos uma concepção bipolar do Estado que ao mesmo tempo necessita da lealdade das massas e de garantir o processo de acumulação de capital. A tensão que vemos hoje entre o sistema capitalista e as democracias são decorrentes dessa dualidade inserida no modo de funcionamento estatal. Pereira afirma:

O dado novo é que agora a pressão a favor dos interesses desses últimos (capitalistas) é ainda maior, pois trata-se de instituições financeiras globais, cujo poder de barganha é muito maior. É, nesse sentido, que Streeck pode falar atualmente, tal como Habermas falara em 1973, de uma tensão entre capitalismo e democracia: contudo, na atual crise, a democracia está tanto em risco quanto a economia, se não mais. Não só a 'integração sistêmica' das sociedades contemporâneas – ou seja, o funcionamento eficaz de suas economias capitalistas – se precarizou, mas também sua 'integração social'. Com o advento de uma nova fase de austeridade, a capacidade dos Estados-

⁸⁵ “Sob as condições do capitalismo tardio, Habermas parece não mais contar com uma crise econômica final cujas contradições sistêmicas (por ex. queda tendencial da taxa de lucro) conduziria imediatamente uma crise social e política que exporia a nu o antagonismo de interesses entre classes, gerando uma luta de classes revolucionária em escala mundial. Sua hipótese central indica que ‘a tendência persistente que conduz a perturbações no crescimento capitalista pode ser transformada administrativamente e progressivamente deslocada, através de um sistema político, para o sistema sócio-cultural.’ – Ibid. pg 68

nação de fazer a mediação entre direitos dos cidadãos e os requisitos de acumulação de capital foi severamente afetada. Governos de toda parte enfrentam resistência mais forte a aumento de impostos, particularmente em países altamente endividados, nos quais será necessário gastar dinheiro público novo por muitos anos para pagar bens consumidos há muito tempo.⁸⁶

O esforço feito até aqui foi para dar as bases que sustentam a teoria de formação de vontade coletiva dentro de um regime democrático e capitalista avançado. Ainda não respondemos como é possível criar legitimidade dentro de um quadro conceitual assim definido e observado, porém essas são as bases que vão levar Habermas a desenvolver seu modelo de sitiamento (*Belagerung*) do mundo da vida (*Lebenswelt*) contra o Sistema que será desenvolvido com maior propriedade em uma de suas maiores obras: *A teoria do agir comunicativo*. O que podemos entrever a partir de uma recapitulação rápida é que Habermas partiu do conceito-chave de esfera pública para tentar entender como havíamos chegado em um estado de democracia que não parece corresponder com um estado que atenderia às demandas do povo, muito pelo contrário. Através de uma análise do papel da categoria da esfera pública, que garantiria a comunicação, a princípio, dos cidadãos com as instituições estatais, Habermas percebeu o potencial emancipador que estava bloqueado devido a diversos mecanismos que passaram a distorcer os meios de formação de uma vontade coletiva e sua recepção pelos sistemas administrativos. Posteriormente Habermas muda seu enfoque historicista para o sociológico ao analisar a categoria de legitimidade dentro desse mesmo sistema pensando em como seria possível legitimidade dentro de uma democracia de tal modo controlada e cerceadora. Chegamos, enfim, à análise do capitalismo tardio que evidenciou a sobreposição por parte do sistema econômico sobre o administrativo, além de garantir a reprodução desse modelo corrompido de democracia com o apoio das massas, também gerar uma série de crises sistêmicas.

⁸⁶ Ibid. Pg. 82

CAPÍTULO V: A Virada linguística e a saída para um novo paradigma

5.1 A virada linguística e teoria do agir comunicativo

O trabalho de Habermas, como visto até aqui, procurou esclarecer melhor as relações entre os indivíduos e as estruturas sociais que continuam a produzir um modelo de vida aparentemente irracional. Irracional porque, apesar de usar-se da racionalidade humana para existir, consome, na sua reprodução, os próprios elementos que lhe possibilitam a existência, a saber: o próprio homem. No começo de nossa trajetória o foco de Habermas era entender como o meio da esfera pública possibilitava a interação dos cidadãos privados com as estruturas sociais. Em um processo de *afunilamento* em direção as relações interpessoais, Habermas passou a dar mais importância aos tipos de racionalidade contidas nas interações para no final retomar a uma teoria da democracia que pudesse não só oferecer um diagnóstico de seu tempo, mas também os locais onde deveria ser exercido pressão para as estruturas que bloqueiam o pensamento crítico, o debate racional, uma esfera pública robusta e ativa, por fim, um governo digno que retroalimentasse sua população com as possibilidades de emancipação e luta contra os totalitarismos, tanto aqueles fomentados pelo estado quanto os da racionalidade.

No final da década de 1970 e 1980, Habermas se debruçou sobre as possibilidades da razão e sobre como escapar ao diagnóstico que seus predecessores do *Instituto* delinearam, a saber, aquele que o processo de racionalização do mundo acabou por se tornar o novo mito e enredou os homens em uma gaiola de ferro que a tudo racionaliza e que acaba por destruir as possibilidades de emancipação. As principais obras que analisarei nesse capítulo serão *O pensamento pós-metafísico*⁸⁷ de 1988 e a *Teoria do agir comunicativo*⁸⁸ de 1981. Esses livros tratam primordialmente das mudanças e consequências para uma teoria da democracia

⁸⁷ HABERMAS, J. *Pensamento pós-metafísico*. Tempo brasileiro. Rio de Janeiro, RJ. 2ªed. 2002

⁸⁸ HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo*. Martins Fontes. São Paulo, SP. 1ªed. 2012

quando Habermas altera o seu paradigma de pesquisa da consciência para o paradigma da linguagem.

Os motivos que levaram Habermas a essa alteração de paradigma teórico possui relação com os problemas que ele se deparava para responder aos questionamentos que sua obra levantava. Nas palavras de Thomassen:

A filosofia do sujeito (consciência) é problemática por uma série de razões. (...) o problema é que a filosofia do sujeito é intimamente conectada com a razão instrumental, porque ela somente concebe relações como relações entre sujeitos e objetos, seja o objeto uma coisa ou uma pessoa.⁸⁹

Em um contexto de ciências da natureza, a razão instrumental realiza seu trabalho sem problemas, mas quando transpomos esse tipo de racionalidade para uma teoria da sociedade os conceitos desse paradigma não se encaixam bem para explicar os fenômenos sociais e as interações interpessoais. A realidade é que o uso de um paradigma da consciência para explicar relações interpessoais produz uma análise, mas Habermas acredita que essa análise é simplesmente distorcida, pois o ideário conceitual não consegue captar com efetividade o que se passa entre duas pessoas que se relacionam. Habermas acredita que essa distorção levou seus predecessores – Adorno e Horkheimer – a um diagnóstico de uma razão totalitária e estava levando ele mesmo para o mesmo caminho. Afinal, até então, Habermas não conseguira explicar como, dentro de uma teoria da democracia, era possível uma comunicação adequada entre cidadãos e estruturas sociais adequadamente sem incorrer em um diagnóstico desalentador.

Na esperança de não abandonar o projeto de uma razão emancipadora, Habermas decide alterar seu paradigma para um outro que estava recebendo bastante atenção na época e que poderia lhe ajudar a compreender melhor as relações sociais.

Essa característica do processo de produção habermasiano recebeu o nome de modelo de reconstrução. Nas palavras de Repa:

⁸⁹ “The philosophy of the subject is problematic for a number of reasons. (...) the problem is that philosophy of the subject is inherently linked to instrumental reason because it can only conceive of relations as relations between a subject and na object, wether the object is a thing or a person.” THOMASSEN, J. Habermas: a guide for the perplexed. Continuum. New York, NY. 2010. Pg 60.

O traço característico da reconstrução, como categoria central da Teoria Crítica habermasiana, reside na ideia de que há uma racionalidade existente, no interior do sistema de construções e práticas simbólicas e sociais, a qual não pode ser descartada na medida em que estrutura princípios elementares desse sistema. A reconstrução recuperar, assim, na reprodução da sociedade como um todo, os elementos de uma racionalidade existente, porém insuficientemente explorada e capaz de exercer pressão sobre a realidade dada.⁹⁰

Isso significa que Habermas busca em suas análises reconstruir as práticas cotidianas para tentar encontrar ali algo que passou despercebido e que possui função central nas consequências em uma teoria social. Para ter respostas quanto as relações entre indivíduo e democracia, indivíduo e esfera pública e intersubjetivo, Habermas volta seu olhar cada vez mais para as micro relações e que vão desembocar futuramente em como uma sociedade se mantém de alguma forma coesa. Para realizar esse feito, Habermas precisou elencar outras áreas do conhecimento para evitar, como ele mesmo colocou, a Cila do absolutismo e a Caríbdis do relativismo⁹¹.

O método reconstrutivo ainda possui a vantagem de sempre estar aberto à revisão. Habermas entende os problemas de buscar uma teoria universal. Ao se voltar para a linguagem como seu foco de pesquisa e entender que, aparentemente, todos os povos do globo se comunicam, é preciso evitar incorrer no erro de generalizar uma ação particular. Portanto Habermas reconhece que sua teoria, apesar de pretender universal, é apenas uma hipótese, portanto, falível.

Uma das principais fontes que Habermas usou para desenvolver sua teoria comunicativa foi um artigo publicado por J. L. Austin chamado *How to do things with words*, Como fazer coisas com palavras em tradução livre. O objetivo principal de Austin não é o aspecto de correspondência entre a realidade e a fala de um sujeito, mas como realizar algo socialmente e construir realidades através da linguagem. Aparentemente o interesse de Habermas pela teoria de atos de fala vai no sentido de identificar uma ação no ato de fala é um momento anterior ao sujeito realizar uma ação coordenada socialmente. Antes de sujeitos se coordenarem para realizar algo no mundo, seja pela razão instrumental ou comunicativa, primeiro é preciso a realização de uma etapa de compreensão mútua através da linguagem que garanta

⁹⁰ REPA, L. S. Reconstrução e Crítica imanente: Rahel Jaeggi e a recusa do método reconstrutivo na Teoria Crítica. Cadernos de Filosofia alemã. nº 21. Disponível no endereço: <http://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/115963>. Acessado em 19/07/2017

⁹¹ ARAÚJO, L. B. L. Religião e Modernidade em Habermas. Ed. Loyola. São Paulo, SP. 1996. Pg 178

um solo comum. No artigo mencionado de Austin, e que Habermas subscreve, as sentenças de uma dada linguagem são distinguidas em três tipos: *ilocucionários*, *perlocucionários* e *locucionário*. O aspecto *locucionário* de uma sentença se dá quando é feita uma referência ao mundo ou expressar um estado de coisas, por exemplo: Eu sou um aluno. O aspecto *ilocucionário* de uma sentença faz referência àquilo que farei quando digo algo, por exemplo, quando digo “Eu prometo...”. Ao realizar uma promessa estou me referindo a uma ação que realizarei. E, por fim, o aspecto *perlocucionário* faz referência àquilo que faço através ou pela linguagem, como ao ameaçar alguém com uma frase “Se eu for até aí,...”. O aspecto *perlocucionário* da linguagem é aquilo que visamos conseguir ao dizer algo. Habermas se interessa mais particularmente pelo aspecto *ilocucionário* da linguagem por acreditar que aí contém aquilo que dá coesão em uma sociedade, por que ao proferirmos algo como uma promessa criamos uma intenção e expectativa nos interlocutores que os mantém coesos dentro de um mesmo paradigma de entendimento que permite que eles se coordenem e se liguem um ao outro através da linguagem.

Sentenças podem possuir vários aspectos. Ao dizer “Eu prometo entregar o trabalho amanhã” cria um situação de expectativa entre os interlocutores, além de expressar um estado de coisas, como a existência de um trabalho, prazo, uma relação entre duas pessoas etc. Também podemos entender dessa frase, talvez, uma tentativa por parte do aluno de causar algo no professor como uma possível sentimento de agrado por ter sido assegurado que seu aluno está fazendo o que foi pedido. O aspecto *perlocucionário* sempre possui um propósito, o *ilocucionário* uma expectativa e o *locucionário* uma descrição de estado de coisas.

Sentenças *ilocucionárias* possuem um aspecto de necessidade de um certo grau de clareza quanto as expectativas visadas, pois somente posso realizar uma promessa, se o meu interlocutor compreender que estou fazendo uma promessa e aceitar o que pretendo fazer. Caso o interlocutor, por exemplo, não compreenda o que estou dizendo, então a linguagem falhou e o objetivo do sujeito em realizar uma promessa foi comprometido. O aspecto *ilocucionário* tem que conseguir expressar sentido e é aqui que Habermas trabalhará mais para localizar um tipo de razão – a razão comunicativa – que possui uma intenção emancipadora. Não importa se o

sujeito se utiliza da linguagem com motivos desconhecidos pelo seu interlocutor, ele ainda se orienta em direção a um entendimento mútuo.

Essa mudança operada no paradigma teórico forneceu a Habermas uma nova oportunidade para empreender uma teoria da democracia que se mantém fiel às guias da Teoria Crítica, enriquece o arcabouço teórico e abre novas alternativas de compreensão do tempo presente. Em suas palavras:

A passagem do paradigma da filosofia da consciência para o paradigma da filosofia da linguagem constitui um corte de igual profundidade. A partir deste momento, os sinais linguísticos, que serviam apenas como instrumento e equipamento das representações, adquirem, como reino intermediário dos significados linguístico, uma dignidade própria. As relações entre linguagem e mundo, entre proposição e estados de coisas, substituem as relações sujeito-objeto. O trabalho de constituição do mundo deixa de ser uma tarefa da subjetividade transcendental para se transformar em estruturas gramaticais. O trabalho reconstrutivo dos linguistas entra no lugar de uma introspecção de difícil controle. Pois, as regras, segundo as quais os signos são encadeados, as frases formadas e os enunciados produzidos, podem ser deduzidas de formações linguísticas que se apresentam como algo já existente. Deste modo, não somente a filosofia analítica e o estruturalismo constroem para uma nova base metódica; a partir da teoria husserliana do significado constroem-se pontes em direção à semântica formal. A própria Teoria Crítica é surpreendida no final pela guinada linguística⁹²

Mas como essa guinada linguística se acopla à teria social desenvolvida previamente? Cada tipo de sentença – locucionária, ilocucionária e perlocucionária – possui um objetivo específico e possuem suas próprias categorias de avaliação. Sentenças locucionárias são avaliadas por valores de verdade ou falsidade. Sentenças ilocucionárias são avaliadas por critérios normativos de correteza. E sentenças perlocucionárias são avaliadas por critérios de autenticidade. Cada tipo de ato de fala se refere a um tipo de mundo diferente e que nós temos acesso, são eles: o mundo objetivo, intersubjetivo e o subjetivo. Nas palavras de Thomassen: ⁹³

Habermas distingue entre diferentes tipos, ou modelos, de ação: a teológica, a normativa, a dramática e a comunicativa. Ação teleológica visa ao

⁹² HABERMAS, J. Pensamento pós-metafísico. Tempo brasileiro. Rio de Janeiro, RJ. 2ªed. 2002 pg.15

⁹³ Habermas distinguishes between different types, or models, of action: the theological, the norm guided, the dramaturgical and the communicative. Theological action is aimed at the objective world vis-à-vis which one relates either cognitively or volitionally, seeking either truth or effectiveness. Teleological action can be non-social, in which case it is guided by instrumental rationality, or social, in which case it is guided by strategic rationality. Norm guided action is aimed at the social, intersubjective world, and here it is a matter of normative rightness or legitimacy; this type of action is assessed according to normative expectations. Dramaturgical action is related to the subjective world, and is guided and assessed by the criteria of truthfulness (whether I'm trying to deceive others) and authenticity (whether I suffer from self-deception). These three types of action corresponds easily to the three kinds of validity claims, relations to aspects of the world and functions of language. THOMASSEN, J. Habermas: a guide for the perplexed. Continuum. New York, NY. 2010. Pg 68.

mundo objetivo em que alguém se defronta seja cognitivamente ou volitivamente, buscando seja a verdade ou a eficiência. A ação teleológica pode ser não-social, em cujo caso é guiada pela razão instrumental, ou social, em cujo caso é guiado pela racionalidade estratégica. Ações normativas visam ao mundo social, intersubjetivo, e aqui o que se busca é uma correteza normativa ou legitimação; esse tipo de ação é julgada de acordo com normas de expectativa. Ações dramatúrgicas são relacionadas ao mundo subjetivo, e são julgadas por critérios de veracidade (se estou tentando enganar outros) ou autenticidade (se estou me autoenganando). Esses três tipos de ações se relacionam facilmente com os três tipos de pretensões de validade, relações com os aspectos do mundo e as funções da linguagem.

Interessante notar que Habermas distingue entre racionalidade estratégica e racionalidade instrumental. Eventualmente parece que elas são a mesma coisa, mas uma vez que a racionalidade instrumental se endereça ao mundo objetivo, a racionalidade estratégica também pode atuar tanto no mundo objetivo quanto social. A ação comunicativa, por sua vez, pode visar a todos os três mundos (objetivo, subjetivo e intersubjetivo) e as três pretensões de validade (objetividade, correção e autenticidade). O agir comunicativo refere-se ao mundo de modo indireto, diferentemente dos outros tipos de ações elencados, e por isso garante uma instância de problematização que os sujeitos envolvidos em uma discussão possam se referir e contestar as pretensões prévias seja de verdade, correção ou autenticidade. Esse recurso tem o importante caráter de assumir um reconhecimento mútuo entre os participantes da discussão e é esse reconhecimento que distingue essencialmente o agir comunicativo do agir estratégico quando pensamos na execução destas ações. O agir estratégico em uma ação objetifica o interlocutor enquanto que o agir comunicativo reconhece o interlocutor como um outro com direito as mesmas pretensões de validez que eu possuo e que pode se voltar para elas a qualquer momento da discussão para esclarecer algo. Com relação aos tipos de ação temos, esquematicamente, a seguinte tabela⁹⁴:

Tipos de ação	Pretensão de validade	Referência ao mundo
Agir teleológico	Verdade	Mundo objetivo
Agir normativo	Correção	Mundo social
Agir dramatúrgico	Autenticidade	Mundo subjetivo
Agir comunicativo	Entendimento	Referência reflexiva aos três 'mundos'

Dito isso, qual é o ganho para uma teoria social com esse arcabouço teórico feito por Habermas?

⁹⁴ REESE-SCHÄFER, W. Compreender Habermas. Ed. Vozes. 3. Petrópolis, RJ. 3ªed. Pg. 48

Habermas acredita que é necessário distinguir entre ação e razão comunicativa da estratégica/instrumental, e que é necessário isolar o primeiro do último. Apenas se fizermos isso é possível nos retirar do fronte da manipulação e violência e as criticar. Apenas se estabelecermos um ponto livre de manipulação e violência (nomeadamente ação e razão comunicativa), nossa crítica pode do fenômenos pretender não ser apenas outro exercício de manipulação e violência. Se tudo é reduzido ao poder, então nossa crítica do poder só pode ser apenas outra instância de poder.⁹⁵

Com essa distinção feita por Habermas a sua teoria social ganha uma vantagem com relação ao diagnóstico de seus predecessores, Adorno e Horkheimer, que acabaram, segundo Habermas, de se enredar em sua própria crítica impossibilitando-os de perceber os potenciais emancipatórios presentes.

Os conceitos de ação e razão comunicativa e estratégica se ligam à teoria social habermasiana da sociedade através do que ele chama de mundo da vida e sistema. Quando nascemos já estamos imersos em um mundo da vida abstrato que ditam as regras sociais que vamos aprendendo gradualmente, através da cultura e a linguagem. A razão comunicativa e o mundo da vida se alimentando um ao outro através de sua reprodução na sociedade. Quando interlocutores contestam alguma validade de um ato de fala qualquer, eles se referem a esse mundo da vida que subjaz a todos e de onde saem os potenciais normativos e de veracidade que nos dirigimos quando contestamos através da racionalidade comunicativa. Quando nos referimos ao sistema fazemos referência a um sistema administrativo que se reproduz não através da linguagem, mas por práticas. Os sistemas mais visíveis são o econômico, na figura do mercado, e o sistema administrativo, na figura das burocracias. Cada um possui a linguagem própria, a saber, dinheiro e poder, respectivamente. Através desses meios, o sistema realiza ações na sociedade de modo impessoal e sem levar em consideração os conflitos sociais. Sua base de ação é a eficiência e dita as regras que devem ser cumpridas, no caso das burocracias, ou nas punições econômicas, perdas financeiras, no caso do mercado. Com essa dualidade conceitual, Habermas se esquivava da redução marxista ao mercado capitalista, reforçando o diagnóstico de que no capitalismo administrado, há uma proliferação de pontos de pressão social

⁹⁵ “Habermas believes that it is necessary to distinguish between communicative and strategic/instrumental action and rationality, and that it is necessary to isolate the former from the latter. Only if we do so, it is possible to pull ourselves above the fray of manipulation and violence and criticize these. Only if we have established a point that is free from manipulation and violence (namely communicative action and reason), can our critique of the phenomena claim to be not just another exercise of manipulation and violence. If everything is reduced to power, then the critique of power can only be yet another instance of power” – THOMASSEN, J. Habermas: a guide for the perplexed. Continuum. New York, NY. 2010. Pg 71

além dos conflitos de classe. Sistema e Mundo da vida são ao mesmo tempo perspectivas e conceitos com realidade substancial. Um pesquisador pode escolher em analisar um dado social através da perspectiva do sistema ou do mundo da vida ao mesmo tempo que está inserido dentro dessas categorias enquanto ser que vive em sociedade. Habermas entende que não podemos simplesmente desaparecer com um dos dois conceitos. Nossas sociedade modernas atingiram um tal grau de complexidade que não seria possível reproduzir uma com base apenas na reprodução simbólica oriunda do mundo da vida ou o automatismo e impessoalidade com base no sistema. O desbalanço entre esses dois conceitos levam disfunções sociais que Habermas nomeia de patologias da modernidade. Podemos pensar rapidamente que uma sociedade complexa como as atuais sem um sistema administrativo funcional logo soçobriariam com a falta de decisões eficazes para lidar com os inúmeros problemas cotidianos. Ao mesmo tempo, são inúmeros as distopias que retratam sociedades futurísticas em que é negado o direito à cultura e artes em geral ou uma automação e impessoalidade de uma sociedade.⁹⁶

O processo de modernização das sociedades ocidentais levou a uma diferenciação entre Mundo da vida e Sistemas. Podemos dizer que o processo de ampliação da complexidade social levou essas duas estruturas sociais a se especializarem em suas áreas de ação e à racionalização crescente das condutas sociais. A partir dessa distinção, Habermas concentra suas críticas em um tipo específico de racionalização, i.e a racionalidade estratégica, e suas consequências no mundo da vida. Com essa distinção entre os tipos de racionalidade fizeram com que Habermas evitasse o erro que ele julgou ter cometido Adorno e Horkheimer, bem como Weber em seus diagnósticos de que a racionalidade era um processo que colocaria os homens em uma clausura conceitual e *coisificaria* a si mesmos e as relações sociais. O problema identificado por Habermas é quando a racionalidade própria dos sistemas começa a pouco a pouco invadir áreas de reprodução simbólica da vida. Isso significa uma permeação da racionalidade estratégica nas relações humanas que deveriam ser regidas pela ação comunicativa, bem como as áreas de reprodução da cultura, tradição, linguagem, valores. A esse processo de substituição de racionalidade comunicativa pela estratégica, Habermas nomeia de colonização

⁹⁶ Sobre esse tema específico podemos pensar em romances como *Fahrenheit 451* de Ray Bradbury e *1984* de George Orwell

sistêmica do mundo da vida. É interessante notar também que o termo ‘colonização’ não se refere apenas à metáfora de algo invadir outra coisa. Habermas nota que o processo de colonização demanda o conceito de mundo da vida, pois é dali que emana o fluxo comunicativo que permite que tanto ações comunicativa quanto estratégicas se reproduzam. Nas palavras de Habermas:

Na perspectiva da teoria da comunicação, porém, as interações estratégicas somente podem surgir no interior do horizonte de mundos da vida já constituídos noutra parte – e precisamente como alternativas para ações comunicativas fracassadas. Pode-se afirmar que elas ocupam posteriormente espaços sociais e tempos históricos, portanto, secções em dimensões de um da vida já constituído preliminarmente através do agir comunicativo. Quem age estrategicamente continua mantendo às costas o seu mundo da vida ou pano de fundo e tendo ante os olhos as instituições ou pessoas de seu mundo da vida – ambas as coisas, porém, numa figura modificada. O mundo da vida é curiosamente neutralizado quando se trata de vencer situações que caíram sob imperativos do agir orientado pelo sucesso; o mundo da vida perde sua força coordenadora em relação à ação, deixando de ser a fonte garantidora de consenso.⁹⁷

O processo de colonização da racionalidade instrumental para cima do mundo da vida pouco a pouco aniquila o próprio mundo da vida que lhe dá sustentação para sua reprodução. No limite, uma sociedade completamente racionalizada pela razão instrumental cessaria de se reproduzir simbolicamente, pois seu plano de fundo de atuação deixaria de existir, deixando, porém, apenas a ação instrumental atuando no mundo objetivo e intersubjetivo. Esse diagnóstico limite se assemelha ao diagnóstico dado por Adorno e Horkheimer de que a ação racional com respeito à fins colocaria a humanidade nos trilhos de uma distopia totalitarista e vazia de sentido.

Como havia separado a existência da realidade em três ‘mundos’, o objetivo, intersubjetivo e subjetivo, e a razão comunicativa fazer referência aos três ao mesmo tempo, mesmo que, dependendo da situação, um aspecto tenha preponderância aos outros, o processo de colonização sistêmica tem efeitos distintos. No mundo subjetivo temos o processo de perda de sentido da vida e deterioração dos processos de reprodução de cultura. No mundo intersubjetivo temos o processo de anomia, isto é, uma deterioração nos processos de socialização e de criação de normas de condutas. Por fim, no mundo objetivo, temos o processo criação de psicopatologias ligadas ao processo de socialização como ansiedade, transtornos de humor e depressivos.

⁹⁷ HABERMAS, J. Pensamento pós-metafísico. Tempo brasileiro. Rio de Janeiro, RJ. 2ªed. 2002. Pg. 97

Um exemplo de consequência dado por Habermas é o caso do Estado de bem estar social:

Se eu adoecer, por exemplo, eu não preciso necessariamente ir trabalhar ou perder minha casa e viver na sarjeta, porque o estado proverá cuidados médicos, licença doença e assim por diante. Entretanto, as garantias do estado de bem-estar social também leva em direção a uma regulação do mundo da vida que, previamente, e talvez melhor, eram administrados através da ação comunicativa.⁹⁸

O perigo identificado aqui é chamado de juridificação, que é uma tendência em resolver problemas sociais através da força da lei, retirando e minando, assim, a possibilidade de resolução de problemas que tradicionalmente eram resolvidos através da racionalidade comunicativa. O que também pode levar a uma espécie de clientelismo do cidadão para com o estado. Uma vez padronizada uma ação estatal, como o tratamento médico, não visará o quadro individual de cada cidadão, mas positivar uma lei que coloca a todos sob sua. E esse procedimento não é por causa de qualquer vileza do estado, mas do próprio modo objetivo de proceder do sistema administrativo. Isso nos leva a uma ambivalência por parte do estado que ao mesmo tempo que dá mais liberdade com uma mão, retira com a outra.

Dito tudo isso, qual seria o ganho teórico de Habermas com essa nova análise?

Somente com os conceitos atinentes ao agir comunicativo é que se abre uma perspectiva a partir da qual o processo de racionalização social se mostra contraditório desde o princípio. E evidencia-se até mesmo uma contradição entre a crescente complexidade de sistemas parciais do agir comunicativo em que os meios de direcionamento como dinheiro ou poder coordenam as ações e a racionalização da comunicação cotidiana, ligada a estruturas de intersubjetividade do mundo da e para a qual a linguagem é o médium genuíno e insubstituível do entendimento. Portanto, não há uma concorrência entre tipos de agir orientados pelo entendimento e tipos de agir orientados pelo êxito, mas entre princípios de integração social: de um lado está o mecanismo de uma comunicação linguística orientada segundo pretensões de validade, o qual advém, de maneira cada vez mais pura, da racionalização do mundo da vida; e de outro lado estão os meios de direcionamento despojados da linguagem, através dos quais autonomizam-se e diferenciam-se sistemas de agir que se orienta pelo êxito.⁹⁹

⁹⁸ "if I fall ill, I am not necessarily forced out to work and forced out to give up my house and live on skid row, because the state will provide health care, sick leave, and so on. However, welfare state provisions also lead to regulation of the lifeworld matters that were previously, and perhaps better, regulated through communicative action." THOMASSEN, J. Habermas: a guide for the perplexed. Continuum. New York, NY. 2010. Pg 77

⁹⁹ HABERMAS, J. Teoria do agir comunicativo. Martins Fontes. São Paulo, SP. 1ªed. 2012. Pg 590. Vol. I

Conclusão

Pretendi no presente trabalho apresentar as possibilidades de uma formação de vontade coletiva e democrática nas sociedades capitalistas contemporâneas dentro da teoria habermasiana. O percurso do trabalho buscou identificar como o pensamento de Habermas foi se alterando no decorrer de suas publicações até culminar na teoria do agir comunicativo. Foi possível identificar um aprofundamento de suas análises que partiu de uma grande instituição social, a esfera pública, para as relações do trabalho e o papel da ideologia burguesa na manutenção da ordem social, até chegarmos nos processos que regiam as interações intersubjetivas e do indivíduo consigo mesmo. Apesar de, numa visão retrospectiva, não termos grandes mudanças no diagnóstico desalentador na obra de 1963, Habermas encontrou um meio de salvaguardar a racionalidade do homem, que até então se entendia como aquilo que com promessas de liberdade terminaria por encerrar o homem dentro de seu próprio processo de racionalização.

Ao desenvolver a sua teoria de uma razão comunicativa, Habermas não só salvaguardou a racionalidade humana, como abriu espaço para os potenciais emancipatórios contidos nas práticas cotidianas que até então passavam despercebidos por uma falta de conceitos adequados em sua identificação. Essas práticas comunicativas devidamente teorizadas se tornam “pontos de pressão” em que os homens podem aplicar seus esforços para reforçá-las ou evitar que racionalidades estratégicas se reproduzam sem resistência. Para servir de ilustração podemos analisar a disputa pela educação presente no Brasil. Com as “lentes habermasianas” podemos entender a disputa em jogo entre a racionalidade do mercado e a comunicativa pela definição do tipo de educação e projeto de futuro brasileiro. Constante são os ataques que visam desestruturar o serviço público educacional pelo sucateamento tanto material, prédios e equipe de profissionais, quanto o conceito de escola, como algo que deve preparar o aluno para o mercado de trabalho. Outra visão entende a escola como formador de indivíduos que possuem um repertório mínimo que lhes dê a possibilidade de uma leitura crítica da sociedade em seus diversos aspectos. Esse embate suscita inúmeras discussões na esfera pública brasileira e algumas vezes chega ao embate físico, como foi o caso nas ocupações de escolas públicas por parte de seus estudantes, que discordavam do que estava sendo decidido por parte da administração pública, nos anos de 2016 e

2017 especialmente em aqui no Paraná e em São Paulo. Também é claro o papel das mídias de massa em constante processo de orientação ideológica em prol das racionalidades sistêmicas.

Até o ponto que foi trabalhado aqui a teoria habermasiana, isto é, até a década de 1980, a impressão que temos é a de que o mundo da vida está em uma situação de deterioração e sob ameaças de se dissolver frente aos avanços da racionalidade estratégica. Segundo a literatura secundária utilizada neste trabalho, é dito que o mundo da vida se encontra em uma situação de sitiamento e o máximo que podemos fazer para produzir esse âmbito de nossas vidas é impedir que a racionalidade própria dos sistemas avance ainda mais. Esse tipo de análise coloca Habermas em uma situação não muito confortável, pois não explica bem como que a formação de uma vontade coletiva pode adentrar o sistema político-administrativo, por exemplo. Se o que podemos fazer é apenas resistir, como explicar as influências sociais nas transformações que acontecem nas sociedades? Esse problema será melhor teorizado na década de 1990 com a publicação do seu *livro Direito e Democracia: entre facticidade e validade* em que nosso autor explora a categoria do direito como um médium entre a sociedade civil e o sistema administrativo.

A teoria do agir comunicativo, portanto, é uma abertura de horizontes teóricos para compreensão da realidade. Lidar com um tema tão amplo quanto o todo do real necessita de uma teoria igualmente ampla, que felizmente continua a ser trabalhada e desenvolvida até hoje.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, L. B. L. **Religião e Modernidade em Habermas**. Ed. Loyola. São Paulo, SP. 1996

BRADBURY, R. **Fahrenheit 451**. Ed. Biblioteca Azul. 1ªed. 2012

BOTTOMORE, J. **Dicionário do pensamento marxista**. Ed. Zahar. 1988

CALHOUN, C. **Habermas and the Public Sphere**. MIT press. Cambridge, Massachusetts. 4ª ed. 1996.

DA HORA PEREIRA, L. J. **Retomar a crítica interna do capitalismo? Revisitando uma análise das crises em Problemas de legitimação do capitalismo tardio de Habermas**. Cadernos de filosofia Alemã, nº 21. São Paulo – SP. 2013

DESCARTES, R. **Discurso do método**. Tradução, prefácio e notas de João Cruz Costa. São Paulo: Ed de Ouro, 1970

DUTRA, D. J. V. **Razão e consenso em Habermas**. 2ª edição. Editora da UFSC. Florianópolis. 2005

FRASER, N. **Rethinking the public sphere: A contribution of actually existing democracy**. Duke University Press. 1990

FREITAG, B. **Teoria Crítica: Ontem e Hoje**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986

HABERMAS, J. **A crise de legitimação do capitalismo tardio**. Biblioteca Tempo Universitário. RJ. 2002

_____. **Bestialidade e Humanidade: uma guerra no limite entre o direito e moral**. Cadernos de Fil. Alemã. Trad. Luiz Repa. FFLCH. Nº5. 1999.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**. Tempo brasileiro. RJ. 1984

_____. **Direito e Democracia**. Martins fontes. SP. 2003

_____. **Further reflections on the public sphere.**In **Habermas and the Public Sphere**. Editado por CALHOUN C. The MIT press. Massachusetts. 1992

_____. **Técnica e Ciência como ideologia**. Edições 70. Lisboa. 1997

_____. **Teoria do agir comunicativo**. Martins fontes. SP. 2012

_____. **Três modelos normativos de Democracia**. In Coleção Habermas. Atica. SP. 1991

_____. **Soberania popular como procedimento**. Tradução de Márcio Suzuki. Novos estudos. nº 26. Cebrap. 1988

_____. **Pensamento pós-metafísico**. Tempo brasileiro. Rio de Janeiro, RJ. 2ªed. 2002

HORKHEIMER, M. in **Os Pensadores**. Editora Abril. São Paulo. 1 edição. 1975.

KANT, I. **Resposta à pergunta: que é Esclarecimento?** Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Brasília: Casa das Musas, 2008

LUBENOW, J. A. **A categoria da esfera pública em Jürgen Habermas: Para uma reconstrução da autocrítica**. Editora Manufatura. PB: João Pessoa. 2012

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**. Ed. WMF Martins Fontes. 2ªed. Coleção: Biblioteca do pensamento moderno. 2012

MARX. K. **Crítica à filosofia do direito de Hegel**. Ed, Boi Tempo. 2010

_____. **O Capital**. Coleção Os Economistas. Nova Cultural. São Paulo - SP. 1986

MILÁ, M. M. **Income concentration in a contexto of late development: na investigation of top incomes in Brazil using tax records, 1933 – 2013**. Acessado em: 26/07/2017 no sítio: <http://piketty.pse.ens.fr/files/MorganMila2015.pdf>

NOBRE, M. A **Teoria crítica**. Coleção Passo-a-passo. Nº 47. Zahar. 2004

NOBRE, M. e TERRA, R. **Direito e Democracia – um guia para leitura de Habermas**. Coleção Teoria e direito público. Editora Ltr. 2008

ORWELL. G. **1984**. Ed. Companhia das letras. 1ª ed. 2009

REPA, L. S. **Reconstrução e Crítica imanente: Rahel Jaeggi e a recusa do método reconstutivo na Teoria Crítica.** Cadernos de Filosofia alemã. nº 21

REESE-SCHÄFER, W. **Compreender Habermas.** Ed. Vozes. 3. Petrópolis, RJ. 3ºed.

SCHUDSON, M. **Was there ever a public sphere? If so,when? Reflections on american.** In: **Habermas and the Publich Sphere.** MIT press. Cambridge, Massachusetts. 4º ed. 1996.

THOMASSEM, L. **Habermas: a guide for the perplexed.** Continuum.New York, NY. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA - MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FILOSOFIA

Por decisão do Colegiado do Programa o aluno deverá atender as solicitações da banca, quando houver, e anexar este ao final da dissertação/tese como versão definitiva aprovada pelo orientador, que neste momento estará representando a Banca Examinadora.

Curitiba, 28/05/2017

Prof. Dr. Vivian B. de Figueiredo

Assinatura:

